

CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO
UNISAL - *CAMPUS* MARIA AUXILIADORA

Lucivaldo Paz de Lira

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOB O OLHAR DO PRONATEC:
realidade e contexto no Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de São Paulo – Boituva/SP

Americana

2016

Lucivaldo Paz de Lira

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOB O OLHAR DO PRONATEC:
realidade e contexto no Instituto Federal De Educação, Ciência e
Tecnologia de São Paulo – Boituva/SP

Dissertação apresentada à Comissão Julgadora do Centro Universitário Salesiano de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação – área de concentração Educação Sociocomunitária.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Miranda

Americana

2016

Lira, Lucivaldo Paz de.

L745e A Educação profissional sob o olhar do PRONATEC: realidade e contexto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Boituva/SP / Lucivaldo Paz de Lira. Americana: UNISAL, 2015.

101 f.

Dissertação (Mestrado em Educação). UNISAL/SP.

Orientador: Antonio Carlos Miranda

Inclui bibliografia.

1. Educação profissional. 2. Evasão escolar.3. PRONATEC.
I. Título.

CDD 373.246

LUCIVALDO PAZ DE LIRA

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOB O OLHAR DO PRONATEC: realidade e contexto no Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Boituva/SP.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação – área de concentração: Educação Sociocomunitária.

Linha de pesquisa:
Análise histórica da práxis educativa nas experiências sociocomunitárias e institucionais.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Miranda

Dissertação defendida e aprovada em ____ . ____ . _____, pela comissão julgadora:

Profa. Dra. Camila Lima Coimbra
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Profa. Dra. Valéria Oliveira de Vasconcelos
Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL

Prof. Dr. Antônio Carlos Miranda - orientador
Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL

Dedico este trabalho ao meu pai José Paz de Lira (*in memoriam*) e à minha mãe Maria Lili da Paz, meus exemplos de persistência e coragem; ao meu companheiro Paulo Fabrício; à minha filha Letícia Roquete Lira pelos momentos de ausência no convívio familiar durante a elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Olodumare pela vida, a Oxossi por guiar meus caminhos e me fazer capaz de lutar todos os dias por minhas conquistas, a Oxum por me fazer feliz todos os dias, a Logun-edé pela alegria de viver, a Iemanjá por lutar comigo todas as minhas batalhas, a Oxumaré por me dar equilíbrio, a todos os orixás e aos meus ancestrais africanos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Carlos Miranda, pela sua humildade, disponibilidade e dedicação à minha orientação.

À Prof.^a Dr.^a Valéria Oliveira Vasconcelos, pela partilha e ensinamentos ao longo do mestrado e à Prof.^a Dr.^a Camila Lima Coimbra, pelos encontros e reencontros na caminhada da práxis educativa e da educação libertadora.

Ao meu irmão Luciano Paz de Lira, pelas revisões, debates filosóficos e auxílio nesta caminhada.

Meus mais sinceros agradecimentos.

*“O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e afrouxa, sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem”
Guimarães Rosa*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a educação profissional sob o olhar do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, desenvolvido no Campus Boituva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. Para tanto, a pesquisa buscou entender as relações que se constituem acerca das políticas públicas que articulam Educação e Trabalho. Foram analisados aspectos como a evasão, a formação docente e o currículo que se configuram como alguns dos indicadores da complexidade dessas relações, dos impactos para os sujeitos e para a região em que o Programa foi implementado, bem como as características e contradições, originárias deste processo. Também foram analisados pontos como ganhos e/ou perdas para os alunos que se matriculam nos cursos com objetivos que pressupõem, principalmente, sua inserção no mundo do trabalho. A coleta de dados se deu por meio de questionários, entrevista e pesquisa bibliográfica e possibilitou a identificação de elementos nem sempre explicitados, mas que são fundamentais para a compreensão do PRONATEC. Através do estudo, também foi possível verificar a existência de fatores internos e externos que favorecem o insucesso do programa no que tange principalmente ao processo de evasão.

Palavras-chave: PRONATEC. Evasão. Educação Profissional.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the National Program for Access to Technical and Employment Education - PRONATEC developed at Campus Boituva the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo, reveals about public policies that articulate education and work. For both aspects were analyzed as evasion, indicators of the complexity of relations established and impacts to the subject and the region where the program is deployed. It consists of an analysis of the latter in the context of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Sao Paulo, their characteristics and contradictions; what is gain or loss for students who enroll in courses with goals that require mainly their integration into the labor market. Analysis that allows the interpretation of results from data collection through questionnaires, interviews and literature, which point to the existence in PRONATEC, not always explicit elements, but they are fundamental to understand it and to defend or not their stay.

Keywords: PRONATEC. Evasion. Professional education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matrículas na educação profissional por dependência administrativa segundo modalidade (2014).....	48
Tabela 2 – Distribuição dos setores produtivos em Boituva (em 2010).....	59
Tabela 3 – Empregos Formais em Boituva de acordo com o gênero	60
Tabela 4 – Empregos Formais em Boituva conforme a escolaridade	60
Tabela 5 – Requisitos mínimos para ingresso nos cursos	63
Tabela 6 - Requisitos para contratação de docentes	64
Tabela 7 – Cursos PRONATEC primeiro semestre 2014	66
Tabela 8 – Caracterização do Curso – Desenhista Mecânico.....	67
Tabela 9 – Caracterização do Curso – Eletricista Industrial.....	67
Tabela 10 - Caracterização do curso - Espanhol Aplicado a Serviços Turísticos	67
Tabela 11 - Caracterização do curso - Inglês Aplicado a Serviços Turísticos	68
Tabela 12 - Caracterização do curso - Libras	68
Tabela 13 - Caracterização do curso - Operador de Torno	68
Tabela 14 - Distância aproximada de sua casa até o local do Curso PRONATEC ..	73
Tabela 15 - Por que considera o curso difícil	73
Tabela 16 - Causas da evasão no PEP	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Matrículas no Ensino Médio	45
Gráfico 2 - Distribuição do grupo de amostra por curso	69
Gráfico 3 - Caracterização socioeconômica	70
Gráfico 4 - Índice de evasão curso regular do IFSP – Campus Boituva	74
Gráfico 5 – Maior dificuldade	81
Gráfico 6 – Maior facilidade.....	81

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Organograma da Rede Federal de Educação Profissional	37
Mapa 1 – Mapa dos Campi do Instituto Federal de São Paulo	38
Mapa 2 – Município de Boituva	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CETEB – Centro Educacional e Tecnológico de Boituva
CIEPS – Centros Integrados de Educação Pública
CNC – Comando Numérico Computadorizado
CNJ – Conferência Nacional da Juventude
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIC – Formação Inicial Continuada
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF – Instituto Federal
IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MSI – Manutenção e Suporte em Informática
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI – Programa Universidade para Todos
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SABRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEED – Secretária de Ensino à Distância
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC – Serviço Social do Comércio
SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI – Serviço Social da Indústria
SEST – Serviço Social do Transporte

SNJ – Secretaria Nacional da Juventude

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UOL – Universo On-Line

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1. INTRODUÇÃO	22
2. OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	25
2.1 EDUCAÇÃO E TRABALHO	25
2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	28
2.2.1 O PRONATEC: CONCEPÇÃO E LEGISLAÇÃO	39
2.3 PRONATEC	41
2.4 OS JOVENS E A EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	43
2.5 A EVASÃO DOS JOVENS NO SISTEMA DE ENSINO	48
3. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	52
3.1 O REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	52
3.2 ESTRATÉGIAS DE PESQUISA	55
3.3 O CONTEXTO: MUNICÍPIO DE BOITUVA E O CÂMPUS DO IFSP	58
3.3.1 CAMPUS BOITUVA	60
3.3.2 SELEÇÃO DOS DOCENTES NO PRONATEC	62
3.3.3 SUJEITOS DA PESQUISA	65
3.3.4 CURSOS DO PRONATEC OFERTADOS EM BOITUVA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014.....	66
4. ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O PRONATEC E SUAS CONFIGURAÇÕES	71
4.1 INFRAESTRUTURA.....	71
4.2 A QUESTÃO DA MOBILIDADE	72
4.3 A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO	73
4.4 OS FATORES SOCIOECONÔMICOS	77
4.5 EXPECTATIVAS E INTERESSES	79
4.6 ORGANIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
APÊNDICE A – Questionário Socioeconômico	94
APÊNDICE B – Questionário de evasão do PRONATEC	97
APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista com Docente	101

APRESENTAÇÃO

Antes de iniciar a descrição da pesquisa, farei uma breve apresentação de minha história e das motivações que me levaram ao curso de Mestrado em Educação Sociocomunitária.

Para falar de minha vida, é necessário falar do encontro de meu pai e minha mãe. Ela, jovem branca, filha de agricultores pernambucanos, descendente dos holandeses que se instalaram nesse estado, em especial no agreste, na cidade de Saloá; ele, descendente de negros escravizados que, com a abolição da escravidão, também se instalaram na região de Saloá.

Mesmo contra a vontade da família de minha mãe, que não aceitava o casamento de sua filha branca com um homem negro, o casal decidiu morar juntos no ano de 1964. Devido às dificuldades ocasionadas pela seca no Nordeste, resolveram tentar a vida em São Paulo, contudo, o destino quis que este recomeço ocorresse no estado do Paraná.

Na estação localizada na cidade de Cambará-PR, última estação da linha férrea, minha família desembarcou. Acolhidos por pessoas de bom coração, meus pais conseguiram trabalho na zona rural, em uma fazenda que cultivava algodão e mantinha criação de gado.

Minha experiência com a educação formal, embora cercada de expectativas positivas, não foi das melhores. Meu primeiro contato foi traumático, pois minha primeira professora achava que o nosso sotaque nordestino não era adequado e, por isso, exigiu que aprendêssemos a “falar corretamente”. Isso dito a uma criança de sete anos frente à sua turma com dezenas de alunos, é deveras humilhante, senti-me constrangido e, naquele momento, tive vergonha de minhas raízes nordestinas.

Posteriormente, ao conhecer a metodologia Freireana, percebi que toda e qualquer prática educativa que se diga libertadora e comprometida com os reais problemas do povo não pode ser invasiva, mas sim, considerar a perspectiva permanente de “síntese cultural”:

Neste momento primeiro da ação, como síntese cultural, que é a investigação, se vai constituindo o clima da criatividade, que já não se deterá, e que tende a desenvolver-se nas etapas seguintes da ação. Este clima inexistente na invasão cultural que, alienante, amortece o ânimo criador dos invadidos e os deixa, enquanto não lutam contra ela, desesperançados

e temerosos de correr o risco de aventurar-se, sem o que não há, criatividade autêntica. (FREIRE, 1987, p. 105).

Percebi ali que a única forma de continuar na escola seria seguindo literalmente a cartilha da professora. Passei com muita dificuldade para a segunda série, o meu processo de alfabetização foi muito falho. Cursei a segunda série sem muitas mudanças, pelo menos, não como eu esperava, pois, continuava na mesma sala, com os mesmos alunos, só as matérias eram diferentes.

Em abril de 1983, meu pai resolveu sair da fazenda e mudar para a cidade. Lembro-me que fui para escola, sem muita empolgação. Ao chegar, notei diferenças, já que as salas eram separadas, a escola maior e a professora não beliscava os alunos nem gritava. Certo dia, a professora deu uma aula utilizando fantoches, fiquei maravilhado. Naquele dia eu conheci o que realmente deveria ser a escola e, entusiasmado, passei a frequentá-la todos os dias. Redescobri o interesse pela escola, nas palavras de Rubem Alves:

Mas eu creio que só aprendemos aquelas coisas que nos dão prazer. Fala-se do fracasso absoluto da educação brasileira, os moços não aprendem coisa alguma. E creio mais: que é só do prazer que surge a disciplina. É justamente quando o prazer está ausente que a ameaça se torna necessária. (ALVES, 1995, p. 156)

É fundamental a acolhida dos alunos, seu encantamento, que pode fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso, já que educar é realmente um ato de amor e carinho pelo próximo.

Esse encantamento durou apenas até chegar à quinta série. As diferenças não se resumiam à mudança de escola. Conheci nessa época as faces perversas da educação. A primeira delas diz respeito à forma de classificação e à rotulação dos alunos em turmas, na qual: “A - seria a melhor turma”, “B - a intermediária” e “C- a classe dos atrasados”. A segunda face, não menos perversa, tratava-se da padronização. A professora de português percebendo que eu era (sou) canhoto, exigiu que escrevesse com o que ela chamou de “mão correta”, pois em sua opinião, seria a direita. Todos os dias eu era obrigado a cumprir este ritual, mesmo não conseguindo e tendo dificuldades visíveis. Essas exigências desencadearam em mim alguns problemas psicológicos que culminaram na aquisição de um problema neurológico grave e, por isso, perdi temporariamente os movimentos da parte esquerda do corpo, fiquei afastado alguns meses da escola. Com apoio da Secretaria de Estado de Educação, recebemos auxílio para o tratamento, contudo,

atribuo minha cura a uma benzedeira que me fez tomar um preparo de leite com alho, além é claro, de passar por muitas sessões de benzimento.

Fugindo à fácil crítica acerca da sobrevivência de tais práticas, e da eficácia ou não de seus gestos, é importante percebermos a rezadeira não como sombra de atraso científico, mas como uma espécie de psicóloga, que, pelo menos, ameniza o sofrimento espiritual ou psicológico de pessoas doentes. As rezadeiras também são fortes líderes em suas comunidades, por isso não deveríamos combatê-las, mas aliarmos a força de lideranças que essas pessoas exercem junto aos programas governamentais de saúde preventiva, pois fé e medicina sempre estiveram muito próxima na cultura popular. (SALES, 2007, p. 278)

Algumas sequelas do ocorrido ainda permanecem, não consigo mais escrever com a mão esquerda e tenho certa aversão à disciplina de Língua Portuguesa. Hoje, compreendo que desenvolvi uma dislexia adquirida, e, por este motivo, tenho que me esforçar muito para interpretar textos, para entender e principalmente para escrever.

Com dificuldades, porém com auxílio de alguns educadores, consegui terminar o Ensino Fundamental e ingressar no Ensino Médio Técnico.

Nesse mesmo período, comecei a ver notícias sobre a destruição da natureza e, preocupado, resolvi criar um jornalzinho com informações sobre como proteger a natureza. Esta prática me levou a participar de movimentos ambientalistas e considero que fiz um grande investimento na minha formação social, participando de vários cursos e reuniões para debater o tema com referência ao aquecimento global, ao tráfico de animais silvestres e à destruição dos biomas. Houve um importante papel por parte dos movimentos ambientais no desenvolvimento de minha formação, aprendi muito para além dos muros das escolas. Os movimentos sociais de educação e meio ambiente proporcionaram um aprendizado diferente, com a participação da comunidade na minha formação.

A Educação Sociocomunitária é, assim, numa primeira visão, o estudo de uma tática pela qual a comunidade intencionalmente busca mudar algo na sociedade por meio de processos educativos. Nessa primeira visão, ao buscar essa tática, a comunidade concretiza sua autonomia. Buscar mudar a sociedade significa romper com a heteronímia, com ser comunidade perenemente determinada pela sociedade. Porém, é preciso ser um pouco menos otimista e admitir outra visão, que é aquela que nos leva a incluir no âmbito da Educação Sociocomunitária os casos em que a comunidade é *articulada* para mudanças na sociedade. Nesse caso, é preciso admitir que uma entidade ou instituição *externa*, provoque, fortaleça e ofereça um projeto à comunidade, para que ela faça o trabalho final de efetivar mudanças. (GOMES, 2009, p.)

No ano de 1992, com um grupo de amigos resolvemos criar uma Organização Não Governamental – ONG, com o nome de Associação Ambientalista Sinfonia em Verde e Azul, para tratar a temática ambiental. O espaço para funcionar foi cedido pela Igreja Católica na Paróquia Nossa Senhora Aparecida, cujo padre estimulava muito a participação da juventude nos movimentos. O padre Osvaldo foi meu educador social por muitos anos. Com ele aprendi a valorizar minhas raízes, respeitar a identidade do próximo, a entender que temos que ter autonomia, fazer reflexões e promover o bem comum. Penso que minhas aulas com o padre Osvaldo contribuíram para que me tornasse uma pessoa mais crítica e reflexiva. Hoje entendo o papel de educador social que padre Osvaldo teve em minha vida e, certamente, comungo com a definição do que é ser educador social, apresentado por Elediane Moura em seu blog

Um Educador Social acredita e atua com alternativas que promovam a emancipação do educando, tornando-o autor da sua própria história.

O educador social possui um perfil totalmente diferenciado, pois ele tem um olhar mais crítico e analista do meio social.

Procura sempre ficar atento às manifestações dos educandos para que ele possa auxiliar e criar possibilidades e obter um bom resultado.

Portanto, o educador tem a necessidade de estar sempre em busca de novos conhecimentos, refletindo sobre situações em que permita uma transformação ou uma evolução no comportamento social.

Para isto, o vínculo com o educando torna-se imprescindível, pois é por meio dele que o Educador terá um diálogo mais aberto e participando ativamente da vida social do educando. Além de nós, Educadores, sermos uma forma de espelho para o educando, pois nós seremos uma fonte onde ele sentirá segurança para expor e adquirir conhecimentos, uma troca rica de experiências que ambos terão dentro sociedade. (MOURA,2014).

Com a formação constante pelo movimento social, principalmente o movimento de formação da igreja e o movimento ambientalista, fui agregando valores e princípios à minha atuação.

Em 1993 formei-me como Técnico em Agropecuária e, em seguida, fui convidado pelo colégio Agrícola de Santo Antônio da Platina para dar aulas.

Ao iniciar a carreira de professor, quis fazer tudo diferente do que havia visto na escola regular. As avaliações eram feitas ao longo do processo de aprendizagem, nunca apliquei provas para os alunos, buscava estimular uma formação protagonista. Foram dois anos de muita sintonia no processo de ensino e aprendizagem, fiquei conhecido pelos alunos como “o professor sem provas”.

Embora meu método agradasse aos alunos, essa metodologia foi vista à época como controversa ao sistema de ensino do município, então fui dispensado. O que me marcou muito não foi a demissão, mas sim o protesto feitos pelos alunos

que ficaram duas semanas sem entrar na sala de aula, solicitando meu retorno. Foi necessário que eu voltasse para conter os ânimos dos alunos. Nesse momento, senti que minha história de vida estava ligada diretamente à educação social.

Retornei os trabalhos para as questões ambientais, fui contratado em 1995 para trabalhar como coordenador técnico da ONG “Bandeira Verde” em Londrina. Continuei a militância ambiental a ponto de ser indicado para representar a ONG em uma Comissão Internacional de Ambientalistas, mas, para isso, precisava conhecer todos os biomas Brasileiros.

Para estudar o bioma do cerrado, mudei-me para Paracatu-MG em 1996, onde auxiliei a ONG “Movimento Verde”. Nesse período, tive oportunidade de desenvolver diversos projetos e conhecer melhor o meu país, pois me deparei com realidades até então desconhecidas, como trabalho de crianças em carvoarias e um alto índice de analfabetismo. Por outro lado, encontrei um povo com culturas e raízes extremamente fortes, muito humilde e solidário, resolvi ficar em Minas e ali estabelecer minha morada.

Em 1997, assumi a direção da Fundação Conscienciarte, uma Organização Não Governamental que atua em diversas frentes, tendo como pilares a Educação, Cultura, Cidadania e Ecologia. Esse trabalho rendeu inúmeras premiações nacionais e internacionais e por esta atuação junto as comunidades mineiras, recebi o título de cidadania honorária dos municípios de Vazante e Paracatu.

Por entender a educação como caminho para libertação do cidadão, busquei estudar e desenvolver meu trabalho no campo da Educação. Formei-me em Pedagogia em 2004; em 2007, fiz especialização também nessa área e, desde então, tenho procurado uma linha de estudo que promovesse a relação entre a educação formal e a educação informal.

Meu apreço pelas atividades voltadas para a educação informal e os traumas causados pela educação formal sempre permearam minhas escolhas, sendo assim, algumas inquietações me levaram a procurar o mestrado. Confesso que toda vez que penso em retorno à educação formal, sobretudo a passar por processos de avaliação, ocorre um sofrimento que perturba completamente meu ser. Entretanto, o tema Educação Sociocomunitária tocou-me de maneira muito especial, pois essa área de concentração do Programa de Mestrado do Centro Universitário Salesiano

de São Paulo tem muita afinidade com o processo de formação social que vivi ao longo da vida.

Creio que tudo o que vivenciei, primeiramente com o auxílio do Padre Osvaldo e, posteriormente com a vivência nos movimentos sociais, aproximaram-me mais ainda da Educação Sociocomunitária proposta por esse programa. Isso me faz crer que ainda é possível unir conceitos de educação formal a práticas sociocomunitárias que possibilitem o desenvolvimento completo do cidadão. Sendo assim, busquei, dentro do espaço em que desenvolvo minhas atividades profissionais, levando em consideração minhas habilidades e conhecimentos adquiridos através dos trabalhos realizados numa interação entre os movimentos sociais e a escola, o estudo da educação profissional sob o olhar do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego -PRONATEC, o que permitiu fazer uma reflexão sobre sua realidade no contexto do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo.

1. INTRODUÇÃO

Pensar a educação, sobretudo pensar a educação articulada com o mundo do trabalho, é um desafio que se impõe a um país que se quer em desenvolvimento e que pretende superar ou mesmo minimizar as mazelas sociais. As transformações e exigências contemporâneas que vêm ocorrendo no Brasil e no mundo fazem com que a sociedade necessite cada vez mais ampliar as possibilidades de ensino e proporcionar condições amplas de uma educação que esteja vinculada e leve em conta os desafios sociais e econômicos do país, portanto, uma educação que possua vínculos estreitos com a vida prática sem resumir-se a ela.

Um processo de educação não deve se resumir aos conteúdos, mas o reconhecimento da necessidade da incorporação de elementos procedimentais e atitudinais, no mesmo nível de importância daqueles de caráter mais conceitual, deve possibilitar a superação do paradigma de uma educação demasiado abstrata, elitista e conteudista. Essa superação se faz necessária para tornar mais real e consistente o vínculo entre a educação e o mundo do trabalho.

É importante destacar que as políticas de expansão do Ensino Técnico e Programas promovidos pelo Governo Federal, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), surge de uma proposta de educação que procura legitimar-se a partir de um discurso que alega promover uma formação mais articulada com as necessidades econômicas, sociais e culturais, de modo a compor uma abordagem mais sistêmica e menos simplista da educação profissionalizante e da qualificação profissional, que são protagonizadas por diversos agentes, entre os quais figuram o Sistema S¹ (SESC, SESI, SENAI, SENAT, SENAR, SESCOOP, SENAC, SEST), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), Faculdades e Universidades Privadas, por todo o território nacional.

¹ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que, além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em 05 dez. 2015.

Assim, tendo em vista as múltiplas perspectivas a partir das quais essas questões possam ser abordadas, optou-se por delimitar a área de estudo e análise ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) - Campus Boituva. A escolha tem relação direta com o PRONATEC, pois o que distingue este trabalho de outros que também tratam da formação profissional é o fato de ele se circunscrever especificamente na esfera deste Programa que foi lançado em 2011 e que está em plena execução nos dias atuais.

Os objetivos específicos deste trabalho consistem em identificar e descrever quais dimensões do PRONATEC revelam as atuais políticas públicas direcionadas para a atenção à Educação e ao Trabalho. O conhecimento assim construído é fundamental para a proposição de ações que contribuam efetivamente para o aprimoramento do Programa, de modo a convertê-lo efetivamente numa instância articulada e integrada à Educação Profissional e à Educação Básica. Algumas questões a serem respondidas pela pesquisa são: Até que ponto elementos como a evasão revelam-se mais particulares à instituição ou ao contexto mais amplo do Programa? O que é possível revelar sobre a forma como o binômio Educação x Trabalho vem sendo concebido nas atuais políticas públicas direcionadas para a atenção à Educação e ao Trabalho?

O que se pretende abordar é o PRONATEC no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), a partir de suas características e contradições, refletindo e analisando seus pressupostos, a maneira como este Programa vem sendo desenvolvido e os impactos mais evidentes que podem ser observados na realidade local e regional, sobretudo no que diz respeito à vida dos jovens e adultos que estão diretamente vinculados ao Programa. Pretende-se, a partir de considerações sobre a evasão, encontrar elementos que permitam tecer considerações acerca da validade, pertinência e legitimidade do PRONATEC que, segundo documentos oficiais², foi implementado pelo IFSP como um esforço de expansão do ensino de nível técnico e profissionalizante, com o objetivo de proporcionar uma formação mais sistêmica e afinada com as demandas econômicas, sociais, políticas e culturais do país.

Uma análise circunscrita a tal esfera enseja considerar aspectos que ainda carecem de análises mais profundas, como por exemplo, a aparente contradição

² Lei 12.513 de 2011

entre a necessidade de emprego e a evasão de um Programa que tem como um dos objetivos o emprego formal, ou o alto índice de evasão do mesmo, que supostamente foi concebido para potencializar o acesso e a permanência de jovens em situação de desemprego ou subemprego, em função de sua baixa qualificação.

O fato de circunscrever o campo da análise não significa deixar de reconhecer as relações que existem entre a educação profissional e a educação em um sentido mais amplo. Assim, na primeira parte deste trabalho, realizou-se uma contextualização da educação profissional na Rede Federal.

Na segunda parte, a fim de caracterizar melhor o tema da evasão nos cursos PRONATEC, com base nos dados coletados na pesquisa de campo, foi feita uma análise acerca do que tais dados representam para o Programa. Esta análise permitiu a indicação dos fatores que influenciam esse fenômeno, bem como o que tais fatores possuem de peculiar por se tratarem de um curso profissionalizante e de um Programa específico, com características e finalidades bem definidas institucionalmente.

Para corroborar com a análise, foram considerados alguns autores que tratam tanto a educação quanto o mundo do trabalho e a relação que se estabelece entre o ensino-aprendizagem e a construção de uma sociedade mais justa, como por exemplo, Gaudêncio Frigotto, Acácia Kuenzer, Maria Ciavatta e Dermeval Saviani. O principal critério para a escolha desses autores foi o de apresentar uma biografia que denota um notório envolvimento e fidelidade ao tema da educação ligada ao mundo do trabalho e à práxis.

A terceira e última parte consiste em uma reflexão acerca das contribuições que um estudo como este pode ter para o PRONATEC, articulando o que dizem os teóricos acerca do problema e alguns apontamentos derivados dos dados coletados.

Portanto, embora modesta a princípio, essa dissertação acaba assumindo proporções ambiciosas. Não poderia ser de outro modo, pois só com disposição para encarar com coragem e sinceridade um problema é que poderemos aprender e melhorar as práticas.

2. OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

2.1. EDUCAÇÃO E TRABALHO

Etimologicamente, a palavra trabalho está ligada à *tripaliari*, ou *tripalium*³, um instrumento formado por três paus, próprio para manter presos condenados ou animais (sobretudo equinos e bovinos) que seriam ferrados⁴. Isso significa que, em sua origem, o conceito de trabalho está ligado à sofrimento, tortura. Mais recentemente, sobretudo após as contribuições de Engels e Marx⁵, o trabalho é compreendido como a capacidade do ser humano de transformar a natureza a partir das relações de produção, de modo que, ao produzir um bem ou serviço, também produz a si mesmo e faz história. Ao trabalhar, a pessoa produz cultura, produz subjetividade, fabrica mitos, normas, estabelece instituições, modos de ser e de viver. O que nos remete à seguinte questão: o trabalho submete (tortura) ou liberta a pessoa?

Um breve olhar pela história nos permite inferir elementos interessantes acerca desta questão. Na Roma Antiga, por exemplo, trabalho se dava por oposição ao ócio, que tinha para os romanos um sentido distinto daquele que tem para nós hoje, conforme apontam Aranha e Martins (2009, p. 68):

O termo ócio não tinha naquele tempo o mesmo sentido de hoje. Para nós, ócio é não fazer, o descanso. Para os gregos, tratava-se do “ócio digno”, que os isentava das atividades que apenas garantem a subsistência, para gozar o tempo livre e dedicar-se às funções nobres de guerrear, fazer política, pensar, decidir. Entre os romanos, a palavra ócio (do latim otium) manteve o sentido original grego, tanto é que o trabalho para sustentar a vida era identificado à palavra negócio (nec-otium, “não ócio”). (ARANHA E MARTINS, 2009, p. 68).

As autoras ainda apontam como, não por acaso, a palavra escola, na Grécia Antiga, significava literalmente “o lugar do ócio”, onde as crianças se dedicavam à ginástica, aprendiam música, arte e retórica. Portanto, esses valores, que refletem em última análise os valores de uma sociedade escravista, para a qual determinadas atividades eram claramente indignas para um cidadão livre e próprias de um

³ Informação disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=trabalho>>. Acesso em 05 set. 2015.

⁴ Colocar ferradura evita o desgaste dos cascos dos animais.

⁵ Friedrich Engels (1820 – 1895) foi um teórico revolucionário alemão que junto com Karl Marx (1818 – 1883) fundou o chamado socialismo científico ou marxismo. Ele foi coautor de diversas obras com Marx, sendo que a mais conhecida é o Manifesto Comunista.

escravo, ensejaram também uma concepção de educação e um modelo de formação igualmente estratificado e dicotômico. Isto é, uma sociedade dividida em classes acaba por inventar uma educação igualmente dividida, uma para os trabalhadores e outra para os filhos das elites, e que representa no fim das contas a manutenção e o reforço da dominação de um grupo, a estratificação e a segregação social.

Essa dicotomia entre dois tipos de trabalho, um mais abstrato e ocioso e outro mais concreto e pragmático, pode ser percebida, com as devidas ressalvas, também na divisão entre o saber contemplativo do monge e a atividade cotidiana do camponês de cultivar a terra, característica marcante do Período Medieval, que trouxe consigo as reminiscências da Antiguidade, conforme aponta o professor Dermeval Saviani:

Algumas características da sociedade antiga persistem na Idade Média, no modo de produção feudal, porque, assim como na Antiguidade, também na Idade Média o meio dominante de produção era a terra e a forma econômica dominante era a agricultura. [...] Temos, na Idade Média, as escolas paroquiais, as escolas catedralícias e as escolas monacais que eram as escolas que se destinavam à educação da classe dominante. As atividades que constituíam a educação dessas classes se traduziam em formas de ocupação do ócio, como na Antiguidade. Isto foi traduzido na Idade Média através da expressão "ócio com dignidade". Então, ocupar o ócio com os estudos significava não precisar trabalhar para suprir as necessidades da existência. Ocupar o ócio com dignidade é ocupá-lo com atividades consideradas nobres e não com atividades consideradas indignas. Essa expressão deriva da influência da Igreja. (SAVIANI, 1994, p. 3-4)

Na transição da Idade Média para a Idade Moderna, com o fortalecimento da burguesia, classe que tem suas origens ligadas ao seguimento dos antigos servos libertos e ao renascimento comercial e urbano, uma importante transformação ocorreu no tocante à maior dignidade ou nobreza do saber contemplativo sobre o saber prático, começa e crescer a importância de um saber mais instrumental e técnico. Isso pode ser observado, por exemplo, na obra de importantes filósofos modernos, como Francis Bacon e René Descartes.

Pois elas (as noções gerais de física) me fizeram ver que é possível chegar a conhecimentos que sejam muito úteis à vida, e que, em vez dessa filosofia especulativa que se ensina nas escolas, se pode encontrar uma outra prática, pela qual (...) poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos, para os quais são próprios, e assim nos tornar como que senhores e possuidores da natureza (DESCARTES, 1973, p. 71).

Francis Bacon (1561 – 1626), com seu lema “saber é poder”, critica a base metafísica da física grega e medieval e realça o papel histórico da ciência e

do seu saber instrumental, capaz de dominar a natureza. Rejeita as concepções tradicionais de pensadores “sempre prontos para tagarelar”, mas que “são incapazes de gerar, pois a sabedoria é farta de palavras, mas estéril em obras”. (BACON, 1973, p. 47).

Essa transformação fundamental deixa entrever o despertar do pensamento científico e do *status* que esse vai assumir nos séculos seguintes. Além disso, também é nessa época que começam a delinear-se as bases para as ideias liberais e o liberalismo econômico, que supera as relações de base feudal (suserania e vassalagem, senhor e servo) e estabelece o contrato de trabalho entre indivíduos livres.

Já na época contemporânea, com o advento da Revolução Industrial, como observa Saviani (1994), a produção centrada na cidade e na indústria implica que o conhecimento, a ciência que é uma potência espiritual, se converta, através da indústria, em potência material. Segundo ele, todo o desenvolvimento científico da Idade Moderna se dirigia ao domínio da natureza: sujeitar a natureza aos desígnios do homem, transformar os conhecimentos em meios de produção material, em suas palavras:

E a indústria não é outra coisa senão o processo pelo qual se incorpora a ciência, como potência material, no processo produtivo. Se se trata de uma sociedade baseada na cidade e na indústria, se a cidade é algo construído, artificial, não mais algo natural, isto vai implicar que esta sociedade organizada à base do direito positivo também vai trazer consigo a necessidade de generalização da escrita. Até a Idade Média, a escrita era algo secundário e subordinado a formas de produção que não implicavam o domínio da escrita. Na Época Moderna, a incorporação da ciência ao processo produtivo envolve a exigência da disseminação dos códigos formais, do código da escrita. [...] ao incorporar a ciência a cidade incorpora, na sua forma de organização, a exigência do domínio da escrita. Esta é uma questão que ainda hoje está presente, ou seja, o desenvolvimento da escola vinculado ao desenvolvimento das relações urbanas, o que por vezes se chama de vínculo entre a escola e os padrões urbanos. Quanto mais avança o processo urbano-industrial, mais se desloca a exigência da expansão escolar. Por aí é possível compreender exatamente por que esta sociedade moderna e burguesa levanta a bandeira da escolarização universal, gratuita, obrigatória e leiga. A escolaridade básica deve ser estendida a todos. (SAVIANI, 1994, p. 3-4)

Embora estejamos mais próximos da perspectiva freireana de educação como reciprocidade, ganho mútuo e interação, que vai muito além das questões de seus conteúdos, não podemos deixar de reconhecer a pertinência, pelo menos nesse ponto, da perspectiva de Saviani, em que é demonstrada a relação estreita entre os conteúdos da educação e a realidade na qual ela está inserida.

Assim, pode-se dizer que os modos de compreender, conceituar e viver o trabalho implicam um modelo de educação (e conseqüentemente, de escola), uma

vez que cada um enseja um modelo de trabalhador que atende a determinadas demandas e interesses específicos, seja da época ou do grupo social que está no poder e detém a hegemonia de seus valores. Por isso, convém prolongar um pouco mais essa reflexão acerca da relação entre educação e trabalho, esclarecendo como ela tem se dado no contexto dos valores e motivações da qualificação profissional e preparação para o trabalho pressupostos no Programa que é objeto deste estudo.

2.2. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Para Moreira (2010, p.23), à educação cabe

reproduzir determinadas características (saber, saber-fazer, sensibilidade) e dar uma visão reflexiva sobre a cultura, ou seja, sobre uma cultura selecionada por critérios de valor, dentro de uma perspectiva ideológica, sendo preciso entender quais fenômenos estão afetando este contexto para compreender os critérios que fundamentam e legitimam as escolhas que as pessoas fazem na educação em cada momento histórico.

Segundo Dayrell (2001, p. 5), a educação se dá em diferentes lugares e situações sociais,

[...] num complexo de experiências, relações e atividades, cujos limites estão fixados pela estrutura material e simbólica da sociedade, num determinado momento histórico. Nesse campo educativo amplo, estão incluídas as instituições (família, escola, igreja, dentre outros) assim como também o cotidiano difuso do trabalho, do bairro, do lazer, dentre outros.

A Revolução Industrial, por exemplo, entendida como marco para o início de uma relação entre trabalho e educação, acarreta novos valores ao trabalho, inclusive pela incorporação do conhecimento e da ciência ao processo produtivo, apresentando um caráter teórico-prático do fazer e da técnica que traz novos desafios para a formação de um trabalhador e para o mundo do trabalho como um todo. Foi quando se colocou a máquina no centro do processo produtivo e erigiu um modelo de educação formal que perdura até hoje, sobretudo quando se trata de educação profissional, conforme observa Saviani (2006).

Verifica-se, portanto, que a educação tinha como finalidade atender às demandas da industrialização e o crescimento da população urbana, sendo necessário a educação profissional adequar-se ao desenvolvimento industrial, que precisava de novos modelos em termos de força de trabalho. Não seria mais possível manter antigos e tradicionais modos de produção, mesmo que estes últimos

tenham tido sua participação na acumulação de capital que possibilitou a realização da própria Revolução Industrial.

Aqui no Brasil, até o início do século XVIII, não existiam registros de iniciativas que possam ser caracterizadas como pertencentes à área da educação profissional escolar. O que existia até então era uma educação mais teórica para as elites, que visava a formação de futuros senhores. O primeiro registro de educação profissional ocorreu em 1809 com o colégio de fábricas, como aponta Johann. (2012, p.16).

Oliveira (2002, p.274), por sua vez, afirma que a “educação profissional passa a ser mais uma mercadoria posta no mercado, com o total controle da iniciativa privada”. Dessa forma, “é possível prever o difícil acesso a essa modalidade de educação por parte das camadas populares que não teriam meios de prover os seus custos”.

A educação profissional, no Brasil, segundo Johann (2012, p. 32-33) pode ser compreendida como:

[...] um sistema que reflete determinada visão de mundo, mas que denota uma limitada apreensão da realidade, se considerada a delimitação tempo-espaço e as especificidades que nele ocorrem. É possível, porém, quantificar e qualificar os princípios informativos da lógica desse sistema educativo que assume configurações definidas em cada momento histórico, numa espécie de ambiência, equivalente a um contínuo processo de mutação.

Com a proclamação da Independência, em 1822, houve a necessidade de uma legislação direcionada para a educação. Porém, o ensino profissional foi tratado de maneira implícita na Constituição de 1824, e no então chamado ensino de ofícios, não houve nenhum progresso, permanecendo a separação entre as ocupações para os pobres e desvalidos e a instrução para a elite.

Na última década da Primeira República surge a organização da Rede de Ensino Técnico-Profissional, quando começa a aparecer:

[...] a preocupação em pensar e modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares para modalidades e níveis diferentes. Acreditava-se que com a multiplicação de instituições escolares, a nação chegaria a se igualar às grandes potências do mundo e tiraria o povo da sua situação de marginalidade. Nessa época, os alunos, para poderem estudar nas escolas profissionais, eram obrigados a apresentar atestado de pobreza. A concepção dessas escolas começa a mudar quando passam a ser encaradas como escolas formadoras de técnicos, capazes de desempenhar qualquer função na indústria (JOHANN, 2012, p.21).

Ao vincular o acesso às escolas profissionais à situação de marginalidade, à necessidade de um atestado de pobreza, evidencia-se mais um sinal de como essa

modalidade de formação foi pensada para um público específico e como a educação brasileira não conseguiu fugir do estabelecimento de dois tipos de educação, uma para os ricos e outra para os pobres. Distinção essa que fica ainda mais evidente quando tratamos de um programa como o PRONATEC, que mesmo no século XXI, vai dar os mesmos sinais de uma educação diferente para os filhos dos trabalhadores, apesar de toda legislação que foi criada e toda tentativa de mudança por meio da lei, como veremos nos parágrafos seguintes.

Em 1942 e 1943, segundo Kuenzer (2001), a educação profissional surgiu por meio das Reformas Capanema, que resultaram na criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). A criação desses serviços:

[...] liberou as indústrias e sindicatos da responsabilidade exclusiva da educação profissional de seus operários e a regulação do ensino industrial, secundário e comercial por meio de suas respectivas leis orgânicas, que além de estabelecer as bases da organização desse ensino, equipara-o ao ensino secundário (KUENZER, 2001, p. 35).

Com a aprovação da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, define-se o regulamento das Escolas Técnicas Federais, dispondo sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do MEC e, pelo Decreto n.º 47.038, de 16 de outubro de 1959, aprova-se o regulamento do ensino industrial. Ou seja, com o desenvolvimento industrial do Brasil, nasce a necessidade de especialistas e técnicos de diversas áreas para atender às demandas da sociedade, fazendo surgir uma nova perspectiva para a formação profissional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) manifesta a articulação sem restrições entre o ensino secundário e o ensino profissional, estabelecendo semelhança entre os cursos técnicos e o curso secundário para efeitos de ingresso no ensino superior. Mesmo com a articulação garantida pela Lei, as divergências persistiam com dois ramos distintos de ensino. Sobre a educação profissional, a LDB (1961) determina em seus artigos:

Art. 47: o ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos: a) industrial; b) agrícola; c) comercial. / Art. 49: os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos. § 1º As duas últimas séries do 1º ciclo incluirão, além das disciplinas específicas de ensino técnico, quatro do curso ginásial secundário, sendo uma optativa. § 2º O segundo ciclo incluirá além das disciplinas específicas do ensino técnico, cinco do curso colegial secundário, sendo uma optativa. § 3º As disciplinas

optativas serão de livre escolha do estabelecimento. § 4º Nas escolas técnicas e industriais, poderá haver, entre o primeiro e o segundo ciclos, um curso pré-técnico de um ano, onde serão ministradas as cinco disciplinas de curso colegial secundário. § 5º No caso de instituição do curso pré-técnico, previsto no parágrafo anterior, no segundo ciclo industrial poderão ser ministradas apenas as disciplinas específicas do ensino técnico. [...] Art. 51: as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos menores seus empregados, dentro das normas estabelecidas pelos diferentes sistemas de ensino. § 1º Os cursos de aprendizagem industrial e comercial terão de uma a três séries anuais de estudos. § 2º Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se, mediante exame de habilitação, nos ginásios de ensino técnico, em série adequada ao grau de estudos a que hajam atingido no curso referido (LDB, 1961).

Ressalta-se que as considerações feitas até este ponto sobre o ensino técnico permitem notar uma relação com os processos sociais, históricos, políticos, econômicos e culturais, que marcaram o desenvolvimento da população brasileira. Isso quer dizer que a nova legislação, fruto da preocupação das autoridades com formação profissional, é reflexo do desenvolvimento industrial e do aumento da população que é consequência do afluxo de pessoas para os centros urbanos. Não por acaso, a Petrobrás foi criada em 1953 durante o governo de Juscelino Kubtschek, quando são instaladas montadoras de veículos internacionais (Ford, General Motors, Volkswagen e Willys) em território brasileiro⁶.

Nas décadas de 60, 70 e 80, com a criação de escolas técnicas, escolas agrícolas e Centros Federais de Educação e Tecnologia (CEFETs), imaginou-se que a capacitação para atender à demanda decorrente do desenvolvimento industrial estaria se iniciando. Contudo, este processo se esvaziou a partir dos anos 90, principalmente após o Decreto 2.208/97 que instituiu a separação entre o ensino técnico e o ensino médio regular.

Na LDB, de 1996, a educação profissional dispõe nos artigos 39 a 42, a saber:

Art. 39: a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. § 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica

⁶ Dados disponíveis em: http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/industrializacao_brasil.htm. Acesso em 15 jul. 2015, às 18:00h.

de graduação e pós-graduação. § 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 40: A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41: O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Art. 42: As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionado a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (BRASIL, 1996).

A partir da criação da Lei de Diretrizes e Base da Educação, Lei 9.394/96, pode-se perceber que, pela primeira vez na história, a relação entre educação e trabalho começa a ser tratada com a devida importância, ficando evidente a necessidade de uma vinculação entre a educação, a educação profissional e o mundo do trabalho. Nesse sentido, a educação deve ultrapassar as fronteiras físicas da escola, articulando-se intimamente com o mundo do trabalho em sua complexidade.

A LDB/96 abriu portas para que outras possibilidades de formação profissional fossem incentivadas. Como exemplo disso, observa-se que a oferta de cursos especiais, com foco na Educação Profissional, sem condicionamento da matrícula à seriação tradicional e aos costumeiros níveis escolares. Nesse contexto, a formação passa a ser valorizada não apenas de maneira regular, mas também como forma de atender à comunidade em um sentido mais amplo, proporcionando e permitindo que o espaço, que no passado era exclusivo para a educação regular, agora também possa transformar-se, redescobrir-se, readequando e gerando novas possibilidades no que diz respeito à educação profissional.

A Educação Profissional passou novamente por uma reforma e sua regulamentação foi dada pelo Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997 (BRASIL, 1997, p. 2). Essa modalidade de ensino passa a integrar as diferentes formas de educação e trabalho à ciência e à tecnologia, com o objetivo de atender ao aluno matriculado ou o egresso do ensino básico, do nível superior, bem como os trabalhadores em geral.

Art. 3º: a educação profissional compreende os seguintes níveis:

I – Nível básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

- II – Nível técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;
- III – Nível tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (BRASIL, 1997).

Em 1997, o Decreto 2.208 regulamentou a educação profissional, definindo seus objetivos e níveis, além de estabelecer orientações para a formulação dos currículos dos cursos técnicos. Posteriormente, incluíram-se a proposta de expansão da educação profissional federal e o investimento no fortalecimento e criação de instituições que promovessem essa nova perspectiva na educação.

O Decreto 2.208/97, entre outras normatizações, promoveu a dissociação entre o ensino médio e a educação profissional. Assim, o ensino médio retoma o seu sentido eminentemente propedêutico e o ensino técnico assume basicamente duas formas: a sequencial, para quem já concluiu o ensino médio, e a concomitante, em que o ensino médio é realizado ao mesmo tempo em que se cursa o ensino técnico.

Ao refletir sobre esse decreto, Coelho afirma que:

Ao promover a desvinculação entre a educação profissional e a educação regular o referido decreto restringiu a articulação dos cursos técnicos de nível médio apenas às formas concomitante e sequencial à educação básica, reforçando a independência entre elas e formalizando a dualidade estrutural amplamente vivenciada no Brasil (...) Mais do que arraigar a fragmentação entre educação geral e técnica, reafirmando desigualdades sociais com vistas à formação barata e acelerada de mão-de-obra, essa reforma provocou significativa diminuição de vagas na Rede Federal, uma vez que por meio da Portaria N° 646/97, suas instituições ficaram autorizadas a ofertar para o desenvolvimento do ensino médio (propedêutico), já a partir de 1998, um máximo 50% do quantitativo de vagas disponibilizadas aos cursos técnicos em 1997 (COELHO, 1990).

Tais considerações reforçam as afirmações anteriores sobre os vínculos entre a legislação educacional e os interesses políticos das elites, pois a quem pode interessar circunscrever a Educação Profissional a uma esfera tecnicista e pragmática, capaz de formar bons e dóceis executores de tarefas?

Para Manfredi (2003), a reforma do Ensino Médio e Profissional do Governo Fernando Henrique Cardoso e inúmeras outras reformas que atingiram as políticas educacionais, apresentavam como objetivo prioritário a melhoria da oferta de ensino, tendo assim um caráter positivo. Em contraponto a isso, Frigotto e Ciavatta (2003) consideram que a reforma educacional praticada pelo Governo FHC, no seu conjunto, e em particular em relação à educação tecnológica e à formação profissional, foi coerente com o ideário do liberalismo conservador em termos

econômicos e sociais, tanto na sua concepção quanto na aplicação prática, possuindo um caráter ideológico nem sempre positivo, daí a receberem diversas críticas, principalmente dos movimentos sociais, quanto à separação da educação média e a educação profissional. Tais movimentos defendiam a integração da educação profissional com o ensino fundamental e o ensino médio.

Em 2003, após intensas mobilizações dos setores educacionais ligados à educação profissional, aconteceu a retomada das discussões sobre os impactos que o Decreto 2.208/97 estava causando na educação profissional brasileira. Esses debates tornaram-se os pilares para a criação do Decreto 5.154 de 2004, que revogou o Decreto 2.208/97, abrindo a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional.

Somente a partir do início do Governo do Presidente Lula em 2003 é que, com a retomada do crescimento econômico, percebe-se a escassez da mão de obra qualificada, iniciando-se assim várias ações que objetivavam sanar os problemas relacionados à capacitação técnica no país.

Uma das principais medidas do Governo Lula para realizar um sistema de formação técnica foi a sanção da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnologia e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que surgem em um contexto social em que a busca por qualificação é fator primordial para a juventude. É importante salientar que a nova estrutura que foi idealizada prevê alterações significativas, tanto na concepção quanto na estruturação do processo de educação profissional brasileiro. Conforme o Art. 2º da Lei:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos (BRASIL, 2008).

Os Institutos Federais (IFs) surgem como uma alternativa de oferecer educação profissional em instituições fortes e ligadas diretamente ao Ministério da Educação. Neste contexto, além de oferecer cursos técnicos integrados ao ensino médio, os IFs também podem oferecer cursos de Educação de Jovens e Adultos - EJA, tendo ainda a obrigação de oferecer capacitação para professores da rede básica de ensino através dos cursos de licenciatura, além de oferecer cursos de bacharelado em diversas áreas.

Como principais diferenciais entre os Institutos e as Universidades Federais, segundo o artigo 7º da Lei 11.892/08 de criação dos Institutos, estão:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2008, p. 12).

Dessa forma, segundo a mesma Lei, os Institutos têm por obrigação oferecer 50% de suas vagas em cada exercício para os cursos técnicos de nível médio e 20% para os cursos de licenciatura e formação pedagógica, com foco na Educação Básica nas áreas de Ciências e Matemática.

Uma das grandes marcas dos Institutos Federais é, pelo menos na lei, a maior aproximação entre Educação Básica, pesquisa e extensão, bem como o fato de, em uma mesma instituição (campus), coexistirem o Ensino Médio, Técnico, Tecnológico e Superior.

Sua estrutura pluricurricular permite que seja ofertada educação com diversos níveis e modalidades que vão desde cursos de formação inicial e continuada, passando por educação profissional técnica de nível médio, cursos de Educação Superior (licenciaturas e bacharelados) chegando aos cursos de pós-graduação.

Por serem multicampi, os Institutos Federais acabam por se institucionalizar como alternativas importantes de educação, pois estão mais próximos fisicamente da comunidade, uma vez que é possível que se tenham campus em cidades do interior dos estados. Esta possibilidade tem oferecido aos jovens das cidades do interior a oportunidade de acessar, sem sair de casa, ou mesmo percorrendo distâncias menores, a educação profissional e também uma graduação que, muitas vezes, só era possível através da rede privada de ensino. Com isso, torna-se mais fácil o acesso da população de baixa renda à universidade.

A partir daí, surgiram esforços de integração, com propostas de reformulação e elaboração de políticas públicas voltadas para a educação para o trabalho, buscando construir um novo modelo de qualificação profissional mais sistêmico e adaptado não só às demandas materiais, mas também sociais, políticas e culturais.

Uma das 22 resoluções da I Conferência Nacional de Juventude consistiu na proposta de que o poder público destinasse recursos financeiros para a expansão da

educação de tempo integral, tendo como referência o modelo de Centros Integrados de Educação Pública, os CIEPs.

[...] O ensino médio integrado propõe uma formação integral, baseada em quatro eixos: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Trata-se de superar a dualidade entre a formação geral, muito associada aos exames vestibulares, e a formação técnica, que habilita o jovem para uma profissão específica, e construir uma escola que articule formação geral e técnica como algo único, voltado ao desenvolvimento humano integral, à participação cidadã e à participação como trabalhador/a. Este modelo vem sendo adotado, principalmente, pelos Institutos Federais (IFs), que respondem por mais de 50% da oferta de matrículas de ensino médio integrado, mas as redes estaduais também vêm ampliando sua participação (BRASIL, 2014, p. 16).

Outros apontamentos sobre a educação profissional no Brasil estão no documento publicado pelo Ministério da Educação (ME) em abril de 2004: Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica (PPEPT). Esse documento menciona que a educação profissional é um processo de construção social, o qual qualifica o cidadão e o educa em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social que estabelece relações sócio-históricas e culturais de poder (BRASIL, 2004b, p.6). A concepção do egresso de um curso técnico, por exemplo, muda radicalmente nos documentos oficiais:

[...] não é simplesmente um fazedor de ações, cumpridor de ordens que acaba não raciocinando. Ele exerce a função tomando decisões, relacionando-se com seu superior, com seu colega e com seu subordinado, na execução de suas tarefas. Ou seja, trata-se de um ser reflexivo e crítico que possui funções instrumentais e intelectuais, dependendo da ação a ser tomada (BRASIL, 2004b, p.7).

Assim, a educação profissional assume um papel de destaque no cenário brasileiro, a qual se supõe capaz de promover tanto o desenvolvimento pessoal quanto coletivo. O sujeito agora pode buscar, por meio de vários cursos, uma formação profissional que lhe permita inserção no mundo do trabalho, e, conseqüentemente, proporcionando o seu desenvolvimento em consonância com o desenvolvimento do país.

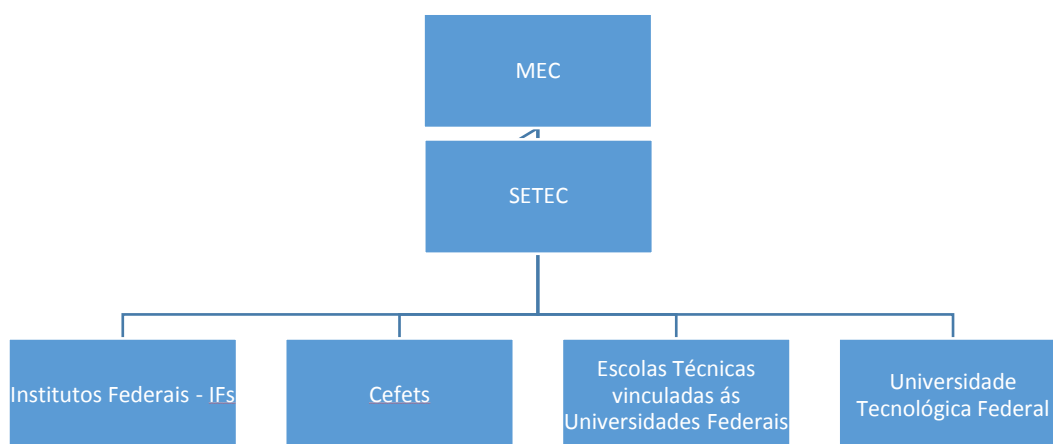
Em meio a essas mudanças e rearranjos no processo de educação profissional, constituem-se os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Criados pela Lei 11.892 de 2008, como parte da rede federal de educação profissional e que estão ligados diretamente ao Ministério da Educação.

Além de oferecerem cursos técnicos concomitantes, subsequentes ou integrados ao ensino médio, os IFs também podem ofertar cursos de Educação de Jovens e Adultos – EJA e de graduação e pós-graduação.

Houve um avanço quanto à oferta da educação profissional no Brasil, porém, muito ainda precisa ser pensado e dito sobre o quanto a concepção de educação profissional presente nos documentos oficiais (leis e decretos) está vinculada a uma visão urbano-cêntrica, pragmática e com laços estreitos com o modelo econômico vigente, por isso, questões ligadas aos direitos humanos, à formação política e à ecologia não recebem a devida atenção.

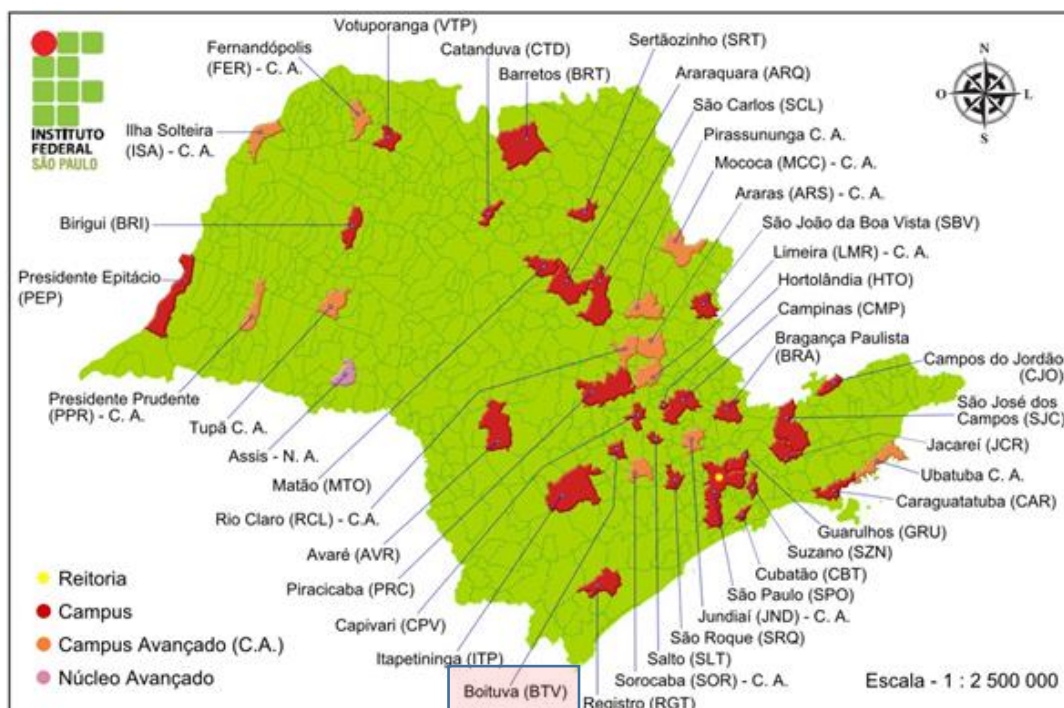
Neste ponto, também é oportuno destacar que, no contexto deste trabalho, foi feito um recorte espacial e geográfico: a pesquisa de campo realizou-se nos limites do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, que se originou do Centro Federal de Educação Tecnológica e que atualmente comporta, em sua estrutura, cerca de 40 campi espalhados pelo estado de São Paulo.

Figura 1. Organograma da Rede Federal de Educação Profissional



Elaborado pelo autor

Mapa 1 – Mapa dos Campi do Instituto Federal de São Paulo



Fonte: IFSP <http://www.ifsp.edu.br/index.php/mapa-dos-campi.html>. Acesso em 29 ago. 2015

De acordo com o relatório do Instituto Federal de São Paulo,

O IFSP, historicamente, constitui-se como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante. A sua identidade vem sendo continuamente construída a partir de referenciais ético-políticos, científicos e tecnológicos presentes nos seus princípios e diretrizes de atuação. Estes refletem a opção da Instituição em abarcar diversas demandas da sociedade, incluindo a escolarização daqueles que, no contexto da vida, não participaram das etapas regulares de aprendizagem. Acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino e do trabalho, e com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil, busca construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, para a formação integradora e para a produção do conhecimento. (PDI, 2014, p. 29).

Uma vez que cada região possui suas características próprias, bem como suas demandas de mercado, cada campus está intimamente ligado a essas demandas. Tais peculiaridades são importantes porque orientam os planejamentos estratégicos da instituição, que se sistematizam no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Nesse documento, são identificados e definidos as idiosincrasias locais e o modo como se dará a articulação do campus com as demandas locais e regionais; também estabelece as prioridades, estratégias objetivas e metas para um período de cinco anos. Deste modo, as características da

localidade em que os campi se encontram são primordiais para a criação e o desenvolvimento de um bom PDI.

2.2.1. O PRONATEC: concepção e legislação

Segundo o Ministério da Educação, para que a integração entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio constitua-se em uma política pública educacional, é necessário que essa assuma uma amplitude nacional na perspectiva de que as ações realizadas nesse âmbito possam ser inseridas em todo o território brasileiro⁷. Esse regime de colaboração mútua possibilitaria que programas voltados ao ensino técnico integrado pudessem fazê-lo a partir de soluções adequadas para questões centrais, como por exemplo, contar com professores efetivos para atuar nos diversos cursos; formação inicial e continuada para os mesmos, bem como para o corpo técnico-administrativo e equipe gestora; possuir infraestrutura física necessária adequadas aos cursos que pretende oferecer.

A Rede Federal de Educação Profissional tem como proposta promover educação de qualidade nos âmbitos técnico e tecnológico para jovens e trabalhadores. O PRONATEC, por sua vez, objetiva oferecer cursos de educação profissional técnica em nível médio, além de cursos de formação inicial continuada. Por envolverem dois fundamentos da vida em sociedade, a Educação e o Trabalho, o sucesso do Programa significaria também o desenvolvimento econômico e social.

A evasão na Educação Profissional, aqui exemplificada pelo PRONATEC, é um fenômeno que deve ser estudado como um indicador da complexidade das relações que se estabelecem entre educação, trabalho e sociedade antes de ser visto como consequência de fracasso e insucesso dos alunos que se matriculam nos cursos com objetivos que pressupõem, principalmente, sua inserção no mundo do trabalho. Compreender essas relações é essencial para que se possa levantar as suas contradições, que estão nas bases das desigualdades sociais e para que se possa propor formas de discuti-las para a construção de uma sociedade mais justa e equânime. O presente trabalho visa contribuir para isso.

⁷ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, 2012, P. 27.

O PRONATEC foi criado através da Lei 12.513 de 2011 para expandir, democratizar e interiorizar a oferta de cursos na área de educação profissional e tecnológica no Brasil.

A proposta é ampliar a formação profissional, oportunizando aos jovens trabalhadores e/ou beneficiários dos Programas de transferência de renda a formação profissional.

É clara a proposta do PRONATEC de focar o emprego, a empregabilidade e, por consequência, a qualificação profissional. Pode-se dizer que é da essência do Programa:

I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional; III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem; IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades: a) Bolsa-Formação Estudante; e b) Bolsa-Formação Trabalhador; V - financiamento da educação profissional e tecnológica; VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância; VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa; VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego (MEC, 2011).

Ligada à Bolsa-Formação-Trabalhador, estão os cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) com duração mínima de 160 horas. Os cursos FIC têm como proposta capacitar e qualificar o trabalhador para a inserção do cidadão no mundo do trabalho.

Segundo relatório da Controladoria Geral da União – CGU (BRASIL, 2014), entre 2011 e 2014, 3,1 milhões de pessoas foram contempladas pelo PRONATEC Bolsa-Formação. A maioria delas a partir do acesso a cursos de formação inicial e continuada (80,1%) e, em menor proporção, técnico (19,9%) – oferecidos majoritariamente pelo SENAI (36,9%), pelo SENAC (27,5%), pela rede federal de ensino técnico e tecnológico (14,3%) e por estabelecimentos privados de ensino (9,3%). Verifica-se, assim, um maior quantitativo de oportunidades educacionais vinculadas a cursos de formação inicial e continuada (FIC) do que a cursos técnicos, uma vez que os dados do Programa contabilizavam 2,5 milhões de beneficiados(as) em cursos da primeira modalidade e apenas 622 mil em cursos da segunda. (BRASIL, 2014).

Outra ação incorporada ao PRONATEC é a expansão da Rede E-Tec Brasil, a qual tem como proposta a ampliação e a democratização da educação profissional com o oferecimento de cursos na modalidade Educação à Distância - EAD. Instituída em 2007 por decreto, a Rede E-Tec era uma ação executada pela Secretaria de

Ensino a Distância (SEED). Posteriormente, essa rede foi transferida para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC.

Mesmo com as legislações e programas vigentes de formação profissional, bem como as que já existiram, em diversos formatos, no contexto nacional, as concepções que fundamentam o que é educação, o que é trabalho e o que é emprego continuam pouco claras nos documentos oficiais e nas políticas que sustentam as proposições de “formação profissional”. Kuenzer (2006) entende que há a necessidade de substituir o termo “educação profissional”, vinculado a uma concepção de qualificação estreita e precarizada, com foco na ocupação/empregabilidade, para atender aos interesses do setor produtivo, por “educação dos trabalhadores”. Essa concepção integra educação básica e especializada para atender às demandas da transformação social. E se a educação profissional ocorre predominantemente para o setor privado, a educação dos trabalhadores ocorreria principalmente em e para os espaços públicos, mediante políticas, financiamento e gestão.

2.3. PRONATEC

Embora o PRONATEC seja normatizado por uma lei federal (Lei 12.513/2011), é difícil acreditar que ele aconteça de modo homogêneo em todas as regiões em que foi implantado. Há uma gama imensa de cursos, níveis e instituições responsáveis por sua execução, o que, por si só, já confere uma grande variedade nos modos de sua implementação.

Por um lado, é necessário reconhecer o pressuposto subjacente tanto no aparato legal quanto no discurso que procura legitimá-lo, ou nos modos de implementá-lo, que tende a enfatizar uma educação para os trabalhadores mais voltada para o saber fazer, para o imediato e para uma concepção de trabalho mais restrita e vinculada ao modelo econômico atual. Isso significa dizer que tal concepção está ligada às estratégias de dominação para a exploração da força de trabalho de modo a garantir o lucro dos patrões. Para tanto, convém que exista um grande contingente de mão de obra barata, mas qualificada, capaz de desempenhar as tarefas que lhe forem outorgadas e, preferencialmente, acrítica e desligada de questões mais políticas ou sem envolvimento direto com qualquer tipo de militância.

Portanto, uma mão de obra que passou por uma educação bem distinta daquela destinada aos filhos dos patrões: ampla, sistêmica, integrada, aberta para as possibilidades futuras e potencializadoras de múltiplas competências.

Por outro lado, também é necessário admitir que o PRONATEC representou um avanço em termos de abrangência. Se comparado, por exemplo, ao Programa que o antecedeu, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, esse último previa uma carga horária média de 60 horas por curso⁸, agora a carga mínima é de 160 horas, podendo chegar a 400. Além disso, do mesmo modo que um plano de formação profissional não pode prescindir da articulação e integração com a formação em um sentido mais amplo, uma educação plena não pode deixar de levar em conta o mundo do trabalho e as necessidades ligadas ao emprego e à renda dos estudantes. Nesse sentido, cabe ao Estado conceber e implementar políticas públicas que promovam de fato uma educação integral e que possibilite o desenvolvimento das múltiplas significações que essa palavra possa ter. Para tanto, é necessário uma participação efetiva da sociedade civil na concepção, elaboração e implementação de programas dessa natureza.

O IFSP de Boituva tem peculiaridades que outros não têm e, por isso mesmo, a legislação apresenta uma relativa flexibilidade na definição dos cursos que são desenvolvidos, que devem estar em sintonia com as demandas regionais e locais.

Ao procurarmos pontos de convergência, encontramos os mesmos mais nas necessidades que antecedem à sua execução do que propriamente nos cursos executados.

Soares *et al* (2012, p. 98), ao tratar o PRONATEC como uma consolidação do direito à educação profissional e tecnológica, destaca que, diante do propalado apagão da mão de obra qualificada provocado pelo crescimento econômico do país, o qual demanda profissionais capacitados para postos de trabalho mais complexos, o PRONATEC constitui-se em oito ações que pretendem promover o direito à Educação Profissional a um número significativo de brasileiros. Os mesmos autores resgatam a informação do censo de 2010 que revelou que o Brasil possui um bônus populacional de 34 milhões de pessoas em idade de ingresso no mercado de trabalho. Segundo sua interpretação, o aproveitamento dessa janela demográfica proporcionaria o dinamismo e o crescimento econômico, se essas pessoas fossem preparadas em termos educacionais e, dessa forma, qualificadas para o trabalho. Os autores salientam que o forte investimento na qualificação profissional em todas as áreas faz parte do esforço emergencial

⁸ PEIXOTO, Patrícia Ebani. Do PLANFOR ao PNQ: uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, 2008. p. 54.

do Brasil em promover a continuidade do crescimento econômico. (Apud CORBARI, 2013, p. 116)

Embora parta de uma mesma motivação, o Programa se revela diverso em sua execução e nos resultados que tem alcançado. Por exemplo, o índice de evasão do Sistema S, que é responsável por 40% das matrículas do PRONATEC, é de 13%,⁹ enquanto que a evasão no IFs é 39% (a Rede Federal é responsável por 17% das matrículas do PRONATEC¹⁰). No caso do IFSP Campus Boituva, o índice de evasão é de 30%.

Atualmente, é difícil dizer sobre a continuidade do Programa. Ele passa por dificuldades orçamentárias decorrentes do corte de repasses do Governo Federal, em função do ajuste econômico. Portanto, ele está atrelado às ondas da crise econômica e às necessidades orçamentárias do governo. Para sua continuidade e aprimoramento, é necessário um grande esforço da sociedade para impedir que os ajustes na economia não o afetem.

2.4. OS JOVENS E A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Uma vez que este trabalho refere-se diretamente à educação e, dentro dela, à educação profissional, convém tecer algumas considerações que permitem situar e estabelecer as relações necessárias entre uma e outra, o que possibilitará maior coerência de análise e uma compreensão da realidade estudada.

De acordo com a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), em pesquisa realizada em 2013, os jovens brasileiros ainda nutrem grandes expectativas com relação à educação. Segundo o estudo, 42% dos entrevistados estabelecem uma relação direta entre uma trajetória educativa mais longa e a realização de seus sonhos (Brasil / SNJ, 2014, p. 46-70).

O estudo mostra, ainda, que 63% reconhecem a “possibilidade de estudo” como aquilo que há de mais positivo no Brasil. Ao mesmo tempo, 98%, dos jovens acham que a educação é um desafio para o país, enquanto 23% acreditam que o tema é preocupante, ficando atrás apenas de questões como violência, emprego e saúde.

A partir desses resultados, é possível afirmar que a atual geração de jovens brasileiros/as experimenta os paradoxos de uma sociedade que, nos últimos

⁹ ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior: **Ministério da Educação quer reduzir desistências no Pronatec**: Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/?p=26398>.> Acesso em 11 mai. 2015.

¹⁰ Disponível em <http://blog.planalto.gov.br/pronatec-ja-ultrapassou-58-milhoes-de-matriculas-veja-os-numeros/>, acessado 27/09/2015, às 10h57.

20 anos, ampliou as oportunidades educacionais para o conjunto da população, estendendo direitos e condições de acesso à educação básica – especialmente no que se refere ao ensino fundamental e médio (BRASIL / SNJ, 2014, p. 30).

Como veremos adiante, um dos aspectos que precisa ser melhor equacionado no estabelecimento de Programas educacionais, seja no nível nacional, regional ou local, é a consideração das expectativas e a participação efetiva destes jovens, uma vez que um Programa elaborado por especialistas, dentro de um gabinete, fechado em uma realidade acadêmica restrita, enseja a construção de um jovem idealizado, nem sempre condizente com o que ele é na realidade.

O material de referência para 3.^a Conferência Nacional da Juventude (subsídios para o debate)¹¹ ainda traz outros dados bastante pertinentes para a compreensão do jovem e da educação brasileira nos últimos anos:

Entre os/as jovens com idade entre 15 e 17 anos, cerca de 1,5 milhão estavam fora da escola, contingente que acena para os desafios da sociedade brasileira em fazer valer a Lei nº 12.796/2013. Além disso, do total de estudantes com até 17 anos, apenas 54,6% estavam no ensino médio, etapa educacional considerada ideal para a frequência dessa faixa etária. Dos/as 20,9 milhões de jovens com 18 a 24 anos 45,3% não tinham concluído a última etapa da educação básica, situação partilhada por 39,3% dos/as 14,4 milhões de jovens com idade entre 25 e 29 anos. (BRASÍLIA/CNJ – 2015, p. 30)

Os dados são alarmantes, praticamente metade da população jovem não conclui a educação básica e demanda uma atenção urgente por parte das políticas governamentais e dos especialistas para encontrar soluções viáveis que não apenas garantam a permanência e continuidade dos estudos desses jovens, mas também impliquem a adoção de medidas que minimizem a discrepância idade/série de grande parte daqueles que ainda permanecem nas redes de ensino. O abandono muitas vezes está relacionado ao distanciamento entre o que se ensina e a realidade vivida pelos alunos. Tal distanciamento fica ainda mais evidente quando constatamos o zelo de muitos profissionais em manter a seriação e a repetência como atributos fundamentais para a qualidade da educação.

No tocante aos alunos do ensino médio, o documento aponta que:

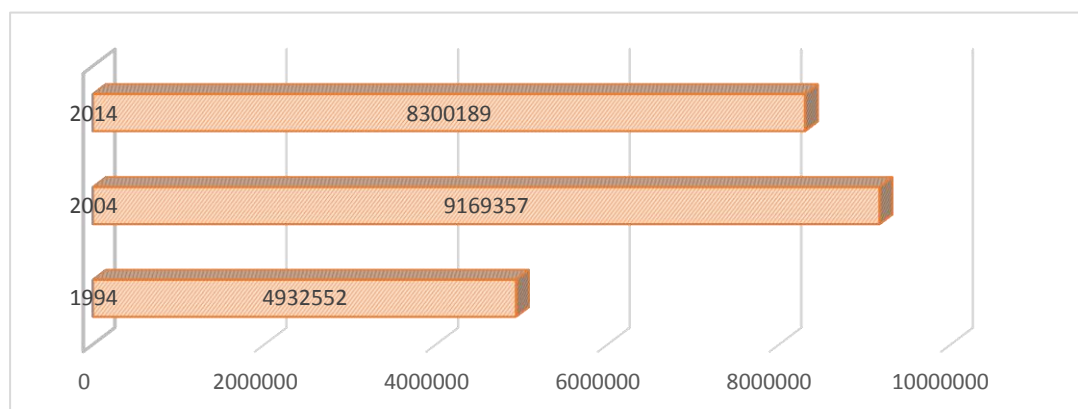
No debate sobre o ensino médio, há que se considerar que 87,1% das matrículas são realizadas em escolas públicas, sobretudo nas redes estaduais de ensino. Isso significa que a melhoria do ensino médio brasileiro passa, necessariamente, pela formulação de uma agenda que articule os

¹¹ 3.^a CONFERÊNCIA NACIONAL DA JUVENTUDE (2015). Brasília/SNJ. Direitos da Juventude: subsídios para o debate. Disponível em <http://juventude.gov.br/profile/conferencia>. Acesso em 22 agosto 2015.

estados e o governo federal na coordenação de ações para fortalecer as redes estaduais de ensino. (BRASÍLIA/CNJ – 2015, p. 35)

Nos anos de 1994 a 2004, houve uma expansão da quantidade de jovens matriculados no ensino regular (Gráfico 1), mas também é facilmente perceptível que houve um decréscimo ao compararmos o período de 2004 a 2014.

Gráfico 1 – Matrículas no Ensino Médio – Brasil



Elaborado a partir de dados do Censo Escolar, Inep/MEC (2014)¹²

Qualquer política pública que tenha como foco os alunos desse nível de ensino, deve estar articulada e levar em conta não só a horizontalidade, mas também a verticalidade do ensino. Isto é, não só a cobertura de todos os adolescentes e jovens na respectiva faixa etária devem ser atendidos, como também é necessário ter em conta a continuidade do estudo em níveis mais elevados, o que implica encontrar modos de articulação entre o Ensino Médio e o Ensino Superior, bem como com os cursos de tecnólogos e a educação profissionalizante. Neste sentido também são feitos apontamentos interessantes, pelos subsídios da 3.^a Conferência Nacional da Juventude:

Nos últimos 20 anos o Ensino Superior teve um expressivo processo de expansão de matrículas. Em 1994, as matrículas em cursos presenciais no ensino superior brasileiro somavam pouco mais de 1,6 milhões. Em 2004, esse número saltou para 4,1 milhões e, em 2013, para 6,1 milhões, reflexo do esforço empreendido. Houve um sensível esforço, no sentido de ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior público, pois, entre 2004 e 2013, as matrículas em cursos presenciais oferecidos por universidade e institutos públicos de ensino cresceram 50,9%, saltando de 1,1 milhão para 1,7 milhão. (BRASÍLIA/CNJ – 2015, p. 39 - 41)

¹² Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP (2014). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em 22 ago. 2015.

Portanto, a expansão não aconteceu apenas em termos de educação básica, mas também pode ser observada em outros níveis e sistemas, isto é, trata-se de uma expansão não apenas horizontal, mas também vertical, o que não quer dizer que ambas representaram, ao mesmo tempo, uma melhora na qualidade da formação oferecida.

Um dado importante de considerar nesse contexto de expansão, especialmente no tocante à educação superior, é o fato de ela ter acontecido, sobretudo a partir das instituições privadas, através de programas de incentivo como o PROUNI.

Ainda no que diz respeito aos Programas que focalizam a ampliação do acesso ao ensino superior, merece destaque o Programa Universidade Para Todos (ProUni). Implementado pelo governo federal em 2005, o ProUni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo para que jovens de baixa renda acessem cursos de graduação oferecidos por instituições de ensino superior privadas, que, em troca recebem, isenções fiscais de tributos que antes recolhiam. Segundo dados do Ministério da Educação, até o processo seletivo do segundo semestre de 2014, mais de 1,4 milhão de estudantes tinham sido contemplados/as pela iniciativa, sendo 70% com bolsas integrais de estudo. (BRASÍLIA/CNJ – 2015, p.42-43).

Embora, reconhecidamente programas como o FIES tenham ampliado a oferta de ensino para a população de jovens e adultos nos últimos anos, há quem discorde dessa modalidade de financiamento, assinalando que ela desloca recursos públicos para empresas particulares, privilegiando a expansão privada, quando esses recursos poderiam ser direcionados à ampliação e aperfeiçoamento da rede pública. Isso fica evidente, por exemplo, em entrevista concedida pelo reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

Leher: O Reuni aumentou em 63% o número de matrículas da UFRJ, por exemplo. A contrapartida do governo foi o aumento de 20% de recursos para as universidades. Mas o planejamento do Reuni foi feito só até 2012. A partir de 2012 esperava-se uma lei de financiamento que assegurasse a expansão verificada no período e a continuidade de recursos. Mas isso não aconteceu. Foi um ano de crise econômica e de mudança de prioridades do governo federal. **Hoje, obviamente, o governo prioriza a expansão privada por meio do Fies.** O governo Dilma passou a priorizar uma expansão mais agressiva das instituições privadas. O aporte de recursos federais pro Fies cresceu exponencialmente nos últimos anos. Também temos o Prouni, que envolve isenções tributárias. Já o Fies conta com financiamento público, na compra de serviços educacionais das empresas privadas de educação. Outra prioridade de formação mais massiva foi para o trabalho simples, por meio do PRONATEC. As universidades perderam a

centralidade. Isso é muito grave se pensarmos num processo democrático de nação. (LEHER, 2015)¹³ (Grifo nosso).

Outro exemplo de crítica à aproximação entre o público e o privado, da forma como tem acontecido nos programas de incentivo ao Ensino Superior, é o da autora Deise Mancebo, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Segundo ela, o Governo Lula optou por legitimar a herança neoliberal ao promover a expansão do setor privado na educação superior (MANCEBO, 2004); ela também aponta que nos primeiros 19 meses de seu governo não foi tomada nenhuma ação social, isto é, entre os anos de 1994 e 2004 as propostas no âmbito educacional permaneceram iguais em seus conceitos: expansão do setor privado e as parcerias entre o público e o privado, reduzindo as obrigações do Estado.

Aqui, convém ressaltar, embora esse ponto venha a ser retomado no capítulo posterior, que o sistema S, denominação dada ao conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição Brasileira, a saber, SESI, SENAI, SENAC, SESC, SENAR, SEST, SESCOOP, SENAT e SEBRAE, participa de maneira marcante no processo, sobretudo, na educação profissionalizante, como é possível constatar em afirmações do tipo: “o sistema é forte aliado do empresário na capacitação de trabalhadores e aperfeiçoamento profissional”¹⁴, presentes no discurso oficial sobre o Sistema. De modo que é inegável o papel da iniciativa privada no processo de expansão da educação técnica e profissional, observado nos últimos anos.

A tabela 1 põe à mostra a significativa participação da rede privada na educação profissionalizante, nas modalidades integrada, concomitante e subsequente. A primeira refere-se a cursos que integram o Ensino Médio a uma formação técnica profissionalizante, isto é, trata-se de um curso em que o egresso sai com o Ensino Médio concluído e com certificado de técnico; na segunda modalidade, os alunos frequentam dois cursos ao mesmo tempo, geralmente em

¹³ REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. LEHER, Roberto (2015). Governo prioriza expansão privada por meio do Fies, critica reitor da UFRJ. UOL, Rio de Janeiro. Entrevista. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/05/19/governo-prioriza-expansao-privada-por-meio-do-fies-critica-reitor-da-ufrj.htm>>. Acesso em 22 ago. 2015.

¹⁴ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/sistema-s-e-estrutura-educacional-mantida-pela-industria>. Acesso em 22 agosto 2015.

instituições educacionais diferentes; e na terceira modalidade, a formação técnica acontece só após a conclusão do Ensino Médio.

Tabela 1 - Matrículas na educação profissional por dependência administrativa, segundo modalidade (2014).

	Integrado		Concomitante		Subsequente		Total
	Total	%	Total	%	Total	%	
Federal	127.455	53,6	27.484	11,5	83.070	34,9	238.009
Estadual	199.921	38,6	82.374	15,9	235.107	45,4	517.402
Municipal	10.489	35,7	5.284	18	13.579	46,3	29.352
Privado	29.094	3	213.383	22,3	714.288	74,7	956.765
Total	366.959	21,1	328.525	18,9	1.046.044	60,1	1.741.528

Fonte: Op. cit., p. 38.

A polêmica acerca da maior ou menor participação da iniciativa privada no processo de expansão da educação, bem como o modo em que se dá essa participação deixa claro que muito ainda tem de ser pensado (e repensado) sobre a educação no Brasil, especialmente da educação articulada com o mundo do trabalho e com programas de incentivo ao emprego e à renda.

A questão que aparece diante desses dados é: Programas como o PRONATEC atendem, mesmo que minimamente, essa demanda ou representam uma abordagem fragmentada que se perde em meio a questões estruturais mais profundas e abrangentes?

2.5. EVASÃO DOS JOVENS NO SISTEMA DE ENSINO

O problema da evasão escolar em todos os níveis de ensino tem sido preocupação da sociedade e de profissionais da educação. Nos estudos realizados por diversos autores sobre o tema, como por exemplo Dore (2011) e Silva (2013), encontram-se muitas pesquisas, estas, normalmente, estão mais direcionadas ao Ensino Fundamental.

Neste estudo, são focadas as pesquisas em Matias (2003) e Tavares (2002), por serem trabalhos realizados sobre a evasão no nível de ensino técnico. Abramovay e Castro (2003) em pesquisa realizada sobre o Ensino Médio focam parte do trabalho à evasão.

Com a finalidade de fazer um debate sobre a evasão escolar em um curso de uma escola técnica da rede federal de educação, Tavares aponta que,

apesar da concorrência para acesso a uma vaga na escola, a evasão vem crescendo em grandes proporções. Os dados foram obtidos de informações da Coordenadoria de Registro Escolar da instituição, sendo complementadas por questionários aplicados aos alunos evadidos. [...] os resultados confirmam que a maior parte dos alunos não desistiu da escolarização, mas concluiu o ensino médio, dando sequência ao ensino superior. Dados importantes mostrando a necessidade de investigação dos índices e causas da evasão no ensino técnico (TAVARES, 2002, p. 35).

Com a finalidade de entender o processo seletivo do ensino em um Centro Federal de Educação Tecnológica, Matias (2003) faz uma análise sobre as condições de ingresso, permanência e evasão nessa instituição, com foco no processo seletivo como um dos elementos que contribui para a evasão dos alunos. A autora ressalta que a análise do rendimento dos alunos da instituição apontou que o alto índice de evasão e repetência afetou muitos alunos em que a formação profissional foi interrompida.

Para Abramovay e Castro (2003), são variadas as razões apresentadas para abandonar a escola, mas predominam as relacionadas com:

[..] situações de classe, como a necessidade de trabalhar ou, em algum momento, não ter meios para se manter na escola, questões que bem ilustram os condicionantes socioeconômicos exógenos à escola, que reproduzem exclusões sociais. Contudo, muitos alunos abandonam a escola por ordenações endógenas, o que pode assumir diversas formas, desde as ligadas a indisposições com professores, violências, casos de repetência e reprovação, como frustrações com a qualidade do ensino e da aprendizagem. Há, portanto, que considerar que, em muitos casos, inter-relacionam-se dois processos sociais: o aluno que abandona a escola e a escola que abandona o aluno (ABRAMOVAY E CASTRO, 2003, p. 521).

Em todas as categorias de motivos para o abandono, as taxas sempre são maiores entre os alunos da rede pública, onde, também, são mais frequentes os casos de abandono da escola. (SCREMIN, 2008).

Os estudos mencionados evidenciam alguns fatores que influenciam na decisão do aluno de permanecer ou não na escola, ressaltando a evasão como um problema complexo, resultante da integração de vários elementos. Porém, a evasão, qualquer que seja o nível de ensino, causa prejuízos importantes sob aspectos econômicos, sociais e humanos. Dentre esses prejuízos, considera-se o mais significativo as perdas de natureza econômica para o aluno, uma vez que as recompensas sociais relacionam-se à obtenção do título, sobretudo em nível de educação média e profissional. (SCREMIN, 2008).

Na literatura sobre evasão escolar, muitas vezes são encontradas divergências sobre a definição de evasão, assim, foram trazidos para este estudo conceitos que permitem o entendimento dos tipos de evasão abordados no contexto educacional. Pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1991, cita as seguintes definições:

Evasão - é a saída do discente da instituição, ou de um de seus cursos, temporária ou definitivamente, por qualquer motivo, exceto a diplomação. Evasão definitiva - é a saída definitiva do aluno que pode ser por: 1)Abandono: quando o aluno não comparece à matrícula e nem requer o trancamento; 2)Desistência: é o desligamento do curso em que o aluno está matriculado, mediante pedido formal; 3)Transferência externa: quando o aluno é desligado da instituição, mediante pedido formal, com finalidade de ingressar em outra instituição. Evasão temporária - é a saída temporária do estudante, conhecida, também, como trancamento (VEIRA, FRIGO, 1991, p.29).

Abramovay e Castro (2003), ao focar a diferença entre abandono e evasão, apontam que o abandono se dá quando o estudante deixa a escola por algum motivo ou fator que o impede de terminar o ano letivo. A diferença em relação à evasão é que,

no caso do abandono, o aluno retorna à escola, ou no próximo ano letivo ou quando resolve os problemas que o impediram de dar continuidade aos estudos. Isto é, o abandono ocorre quando o aluno interrompe os estudos durante o ano letivo e os retoma no ano seguinte. É, portanto, diferente da evasão, a qual se caracteriza quando o aluno para de estudar. [...] as estatísticas oficiais classificam como evasão as duas situações (abandono e evasão), pois são calculadas a partir da diferença entre o número de matrículas no início e no fim do ano (ABRAMOVAY; CASTRO, 2003, p. 520-529).

O presente trabalho adotou a evasão com foco nas estatísticas oficiais, isto é, a diferença de matrículas no início e no fim do ano letivo. Cabe destacar que, por se ter interesse em investigar os fatores que levaram o aluno a evadir-se do PRONATEC, a evasão aqui será tratada como a saída do aluno do estabelecimento, exceto por diplomação, quer seja por abandono, transferência ou jubramento, ou seja, o aluno que é reprovado por dois anos seguidos na mesma série, perdendo o direito à matrícula na instituição.

Com relação à prevenção da evasão, cabe à escola, bem como aos respectivos sistemas de ensino, a criação de mecanismos próprios com vistas ao combate à evasão em caráter preventivo, de modo a evitar, sempre que possível, que o percentual de faltas a que se refere o art. 12, inciso VIII da LDB seja atingido. (BRASIL, 1996).

Portanto, verifica-se que a prevenção da evasão está ligada ao fator permanência do aluno na escola, conforme descrevem o art. 206, inciso I da Constituição Federal (CF), de 1988 e 3º inciso I da LDB, uma vez que a questão do acesso perde importância se não estiver integrada com a questão da qualidade. Nesse sentido, Dourado, Oliveira e Santos (2007) discutem que o avanço no que tange ao acesso, especialmente ao ensino obrigatório, implica novas formas de atendimento que “se relacionam mais diretamente com as condições de permanência dos alunos na escola e as possibilidades de uma aprendizagem mais significativa”.

Corroborando, Digiácomo (2004) afirma que a prevenção à evasão escolar começa com:

[...] o fornecimento de uma educação de qualidade, e que esta passa por professores capacitados, valorizados e comprometidos com a nobre missão de educar; conselhos escolares realmente participantes, representativos e atuantes; escolas que apresentem instalações adequadas, asseio, organização e segurança, enfim, que haja ambiente propício ao estudo e à aprendizagem, no qual o aluno se sinta estimulado a permanecer e aprender. (DIGIÁCOMO, 2004 p. 2)

Entende-se ainda que a satisfação e o interesse do aluno no processo de aprendizagem é fator importante na permanência e no desempenho escolar, iniciando no processo de escolha da escola. Essa escolha ocorre com o interesse que os pais, alunos e a comunidade em geral possuem com relação à escola, ou seja: há que se desejar estudar naquela escola em particular, tendo em vista, na maioria das vezes, as boas condições na oferta de ensino, a garantia de aprendizagem e a crença numa vida escolar acadêmica e profissional de sucesso (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007).

É importante destacar que a dos estudos coloca a evasão como um problema direcionado somente para o aluno, porém, torna-se necessário analisar os fatores e motivos que envolvem a evasão, pois ela torna-se objeto de estudos da área de educação.

3. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

3.1 O REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

No contexto da pesquisa aqui desenvolvida, os sentidos e significados, quando evoluem, ocorrem de maneira complexa, distribuída, difusa e não linear, de onde convém procurar pontos dissonantes, linhas de fuga, aquele entre-coisas que não é nem sujeito nem objeto mas põe em evidência a transversalidade, a funcionalidade, a criatividade e a sociabilidade.

O instituído, organizado e regular – comumente objeto das ciências majoritárias (de caráter mais empírico e pragmático, como a medicina, a física e a química modernas) representa apenas uma pequena parte na produção daquilo que nomeamos realidade. Sendo assim, não é possível permanecer em um paradigma de análise (dominante) que visa apenas à interpretação das regularidades, à explicação de um universo ordenado de entidades molares, pois ele não dá conta do irregular, da inventividade transformadora, da alteridade/virtualidade, do devir, como bem observam as autoras Lüdke e André:

Esta concepção de pesquisa, como atividade ao mesmo tempo momentânea, de interesse imediato e continuada, por se inserir numa corrente de pensamento acumulado, nos remete ao caráter social da pesquisa, muito bem explicitado por vários autores, destacando-se na literatura específica nacional Pedro Demo (1981). Esse autor soube muito bem caracterizar a dimensão social da pesquisa e do pesquisador, mergulhados que estão naturalmente na corrente da vida em sociedade, com suas competições, interesses e ambições, ao lado da legítima busca do conhecimento científico. Esse mesmo conhecimento vem sempre e necessariamente marcado pelos sinais de seu tempo, comprometido, portanto com sua realidade histórica e não pairando acima dela como verdade absoluta. A construção da ciência é um fenômeno social por excelência. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 2)

Essa motivação método-analítica inicial não toma o saber científico como verdade única e absoluta, que se institucionaliza afirmando que todo e qualquer outro conhecimento é “não saber”. Mas, como um começo não é necessariamente um fim, ainda que nascida de uma inspiração fenomenológica, a perspectiva não despreza com veemência os métodos tradicionais de análise, lançando mão inclusive da tabulação e análise quantitativa dos dados coletados. Tampouco se exige de assumir suas limitações e reconhecer o caráter dialógico e dinâmico das micropolíticas e processos diretamente tratados. Isto significa que, ao dividir um todo

em partes, a análise dessas partes dar-se-á como partes de um todo. Ou seja, significa uma separação relativa, uma vez que a parte só poderá ser compreendida corretamente como parte se fizer referência a um todo. Trocando os termos parte por indivíduo e todo por sociedade, podemos estabelecer as mesmas correlações.

Também é importante esclarecer a concepção de instituição que estará presente implícita ou explicitamente no momento da análise. Com nuances de análise institucional, nesta proposta:

[...] as instituições são lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser pautas, regularidades de comportamentos. (BAREMBLITT, 1992, p.27).

Uma instituição possui um conteúdo simbólico e imaginário que vai além do espaço/estabelecimento no qual se concretiza, isto é, o espaço/estabelecimento é apenas sua dimensão material, tangível, que não corresponde à sua totalidade nem esgota o seu sentido; ela é também um conjunto de saberes e significados que permitem compor e recompor relações sociais, organizar espaços, encontrar e delimitar continuidades e discontinuidades. Isto significa que a ideia de instituição está profundamente vinculada à vida dos indivíduos e às forças que a movimentam: tradições, princípios, regras, regulamentos, convenções, acordos, atividades, programas, ideais, ideologias, transgressões, punições e enunciados que legitimam ou procuram legitimar os comportamentos. Fazer uma análise em que pese a instituição significa levar em conta tanto seus aspectos físico-materiais quanto aqueles simbólico-imaginários, conforme afirma Lourau (1988), *apud* Pereira e Penzim (2007):

[...] o conceito de instituição vem revestido de duas faces inseparáveis, o “instituído” e o “instituinte”. O instituído significa aquele que institui o direito, a ação é feita em direção ao sujeito. Instituinte é aquele que faz a ação, o sujeito que age, produz, cria, opera; particípio presente do verbo latino *instituere* –instituir– dar início, estabelecer, criar. Portanto, o instituinte é a negatividade do instituído. A instituição é um processo dialético, aberto, fluido. A trama dialética entre os movimentos instituinte, instituído e de institucionalização faz com que ela seja uma realidade permanentemente inacabada, um projeto em construção, a própria vida. Assim, o instituinte não deve ser pensado como um determinante ou uma força que resulta em instituído. O instituinte é permanentemente diagramado como uma relação de forças, que comporta frente a frente tanto o poder com suas singularidades, como as singularidades de resistência e produção de novos sentidos. Nas bordas do espaço instituído ou nos seus poros e orifícios, se debate o espaço instituinte, não previsível e inexato, em linhas flexíveis que

entram em permanente contato com as segmentações que impõe o instituído. (LOURAU, 1988, p. 535).

Quando a pesquisa insere-se no contexto da educação, é importante ter em mente aquilo que defendem Lüdke e André (1986, p. 3)

(...) Com a evolução dos próprios estudos na área da educação, foi-se percebendo que poucos fenômenos nessa área podem ser submetidos a esse tipo de abordagem analítica, pois na educação as coisas acontecem de maneira tão inextrincável que fica difícil isolar as variáveis envolvidas e mais ainda, apontar claramente quais são os responsáveis por determinado efeito. (LÜDKE E ANDRÉ 1986, p. 3).

Essa necessidade de articulação entre variáveis é corroborada pelo que diz Gatti (2012, p. 29) quanto à necessidade de articulação entre o aspecto quantitativo e o qualitativo na pesquisa em educação:

Conforme o problema, pode-se necessitar, para a sua compreensão, de vários tipos de aproximação, quando combinamos vários procedimentos de busca para conseguir elementos relevantes ao estudo. Nessa perspectiva é que se busca a superação da dicotomização irreconciliável entre abordagens qualitativas X quantitativas, por um olhar mais amplo, que implica a conjugação de fontes variadas de informação sob uma determinada perspectiva epistêmica. (GATTI,2012, p. 29).

Para a autora, ao considerar as mensurações quantitativas, tanto quanto as tematizações ou categorizações qualitativas, com base em observações, entrevistas, questionários abertos, depoimentos etc., fazemos aproximações do fenômeno a ser estudado com o problema levantado. Mas, as formas de obtenção de informações não devem ser confundidas com a própria natureza dos fenômenos estudados, uma vez que são abstrações, consensos, invenções, caminhos para se chegar às informações sobre a realidade estudada.

Assim, o caráter dialógico adotado no contexto desse trabalho possibilita a manutenção dos liames que devem ser mantidos, ao mesmo tempo que permite os distanciamentos que são igualmente necessários. Isso quer dizer que há sempre um grau de imprevisibilidade nas relações, inclusive na de causa e efeito, no conceito da análise aqui assumido. De modo que a relação entre o instituinte e o instituído não é uma relação necessariamente hierárquica e direta, ao contrário, na maioria das vezes, é carregada de imprevistos e “não vistos” que fazem com que os papéis possam inverter-se e o que antes foi causa possa ser efeito, e o que era instituinte possa ser também instituído. Isso reflete a configuração notadamente dialética, dinâmica e não dogmática ou categórica dos fenômenos da perspectiva

de análise, que reconhece não só as forças instituidoras e aquelas que são instituídas, mas também capta e reconhece o que se localiza entre um e outro, suas relações, ao mesmo tempo que reconhece a singularidade tanto do recorte que se faz como do contexto institucional que está sendo analisado. Portanto, a análise neste trabalho recorre à articulação de conceitos e instrumentos fundamentais para empreender uma discussão sobre a instituição e o sujeito que a compõe e/ou que com ela se relaciona. Relações estas que se manifestam e se espelham de incontáveis modos, através de microcondutas de pessoas e grupos historicamente situados.

Entretanto, um determinado grau de imprevisibilidade não invalida ou torna menos importante uma análise com aspectos qualitativos. Richardson (1999, p.70) infere que a pesquisa qualitativa pode “descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

3. 2. ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Os dados utilizados são oriundos de pesquisa bibliográfica, aplicação de questionários e realização de entrevistas. O levantamento de dados qualitativos, que de acordo com Caulley (1981) busca localizar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse. A pesquisa bibliográfica aliada a outras técnicas pode proporcionar ao pesquisador a obtenção e o esclarecimento de informações importantes para a pesquisa.

De acordo com Barros e Lehfeld (2000, p.45), para se realizar uma pesquisa bibliográfica, “é fundamental que o pesquisador faça um levantamento dos temas e tipos de abordagens apontados e trabalhados por outros estudiosos, assimilando os conceitos e explorando os aspectos até o momento publicados”.

Os dados da pesquisa documental foram coletados a partir de documentos e registros referentes ao tema estudado, existentes no IFSP. Desta forma, foram analisados documentos oficiais, como por exemplo Relatório de Extensão do IFSP 2014; Relatório SETEC 2014; planilhas de matrículas do PRONATEC, legislações do PRONATEC, bem como da educação profissional no Brasil.

Retomando os aspectos qualitativos e quantitativos norteadores da análise, pode-se dizer então que esta pesquisa se caracteriza como “qualiquanti”, ou seja, os aspectos qualitativos dialogam com os quantitativos e são tão relevantes quanto. Para Lüdke e André (1986),

a) pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; b) os dados coletados são predominantemente descritivos; c) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; d) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; e) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. (LÜDKE e ANDRÉ, 1996, p.11).

A pesquisa qualitativa apresenta segundo Bogdan e Biklen (1982 *apud* Lüdke e André s/d), algumas características importantes a serem observadas pelo pesquisador no decorrer de seu estudo, uma delas se relaciona com o ambiente e sua relação com a coleta de dados. Dessa forma, quanto mais próxima a relação do pesquisador com o objeto da pesquisa, maior será a possibilidade de uma coleta e análise fidedigna dos dados, uma vez que, neste contexto, quanto mais intenso o trabalho de campo e a vivência do pesquisador, melhor será a qualidade dos dados, tendo em vista que a pesquisa qualitativa pressupõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o alvo do estudo, com a situação investigada e com o próprio ambiente a ser estudado.

Outra característica também apresentada pelos autores se relaciona com o caráter descritivo da coleta de dados, considerando que o produto obtido apresenta uma gama muito rica de informações referentes aos pesquisados, aos acontecimentos e às situações inerentes ao processo de coleta. Ainda neste sentido, é de suma importância o registro por meio das transcrições de entrevistas, extratos de documentos e compilação de dados que oferecem ao pesquisador elementos para fundamentar suas afirmações, elucidar e destacar os pontos de vista.

A terceira característica diz respeito ao fato de que neste tipo de abordagem o pesquisador se importa de maneira muito mais contundente com a visão do pesquisado, com a opinião dele sobre o tema, tentando assim entender as razões e as motivações do pesquisado tendo como foco o entendimento e a compreensão dos fatores que levaram ao problema, sempre tendo como primazia o olhar do outro.

É importante que se tenha a clareza de que tanto a pesquisa quantitativa quanto a qualitativa se completam proporcionando ao pesquisador a obtenção de subsídios para a análise dos dados.

Como técnicas de pesquisa, o presente estudo contou com pesquisas bibliográficas, documentais, questionários e entrevistas. Para desenvolvimento e embasamento teórico, foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, como podem ser vistas nas citações e argumentações baseadas em estudos de teóricos renomados que tratam do tema abordado.

Segundo Yin (2005), o estudo de caso pode ser tratado como importante estratégia metodológica para a pesquisa em ciências humanas, pois permite ao investigador um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado, revelando nuances difíceis de serem enxergadas “a olho nu”.

Assim, o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo – tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos. Nesse sentido, o estudo de caso não é nem uma tática para a coleta de dados nem meramente uma característica do planejamento em si, mas uma estratégia de pesquisa abrangente. (YIN, 2005, p. 19).

No caso deste trabalho, o foco foi o PRONATEC, no contexto do IFSP – Campus Boituva, caracterizando-se assim como um estudo de caso onde um fenômeno será investigado de maneira peculiar e intensiva ao ambiente da abordagem.

Para coletar os dados essenciais à pesquisa, foram utilizados dados do questionários socioeconômico aplicado pelo campus Boituva do IFSP a todos os 136 matriculados nos seis cursos do PRONATEC no primeiro semestre de 2014. Foi aplicado, pelo pesquisador, questionário para os 41 evadidos, obtendo o retorno de apenas 21 questionários respondidos.

Segundo Gil (2002), o questionário é considerado uma técnica de pesquisa cujas respostas a cada questão são categorizadas, oferecendo, a partir de percentagens, informações sobre a frequência de determinados fenômenos entre a população pesquisada.

A entrevista, que segundo Lüdke e André (1986) pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de coleta de alcance mais superficial, serviu como suporte e mecanismo de comparação.

Os dados coletados através deste recurso foram resultados de uma abordagem, a partir de um roteiro previamente elaborado e as respostas foram gravadas e depois transcritas. Foi realizada uma entrevista com o professor cuja turma apresentou maior evasão.

Segundo Lüdke e André (1986), o tipo de entrevista mais adequado para o trabalho de pesquisa em educação tende a se aproximar de formas mais livres, que deixem o pesquisado à vontade. Dessa forma, a entrevista precisa ter um roteiro, porém deve ter também uma estrutura bem flexível para que o pesquisador, a partir de suas habilidades, sensibilidade e percepção, possa conduzir de forma a obter os melhores resultados de seu entrevistado. Sendo assim, o tipo de entrevista adotado para esta pesquisa foi a entrevista semiestruturada com gravação de áudio aliada a anotações.

3. 3. O CONTEXTO: MUNICÍPIO DE BOITUVA E O CAMPUS DO IFSP

Mapa 2 – Município de Boituva



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-2005

Habitada pelos indígenas Guaianazes até meados do século XIX, a região onde hoje fica o município de Boituva encontra-se entre dois outros importantes municípios do estado, Sorocaba e Porto Feliz. Ainda hoje é possível encontrar pequenas lavouras de tubérculos, milho e algodão. Também é notória a diversidade étnica, entre seus munícipes, podem ser encontrados indígenas, negros, italianos, austríacos, portugueses, sírios libaneses e alemães.¹⁵

No Censo realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município contava com uma população de 48.314 habitantes e com estimativa de um crescimento de 13% até 2014. Desse total, pouco mais da

¹⁵ Disponível em <http://www.boituva.sp.gov.br>. Acesso em 16 jun. 2015, às 12h50.

metade são homens e 49,9% são mulheres; 5,9% vivem na zona rural e 94,1% na zona urbana, conforme indicam os gráficos abaixo.¹⁶

No final do século XX aconteceu um crescimento vertiginoso da população, que passa a ser 5 vezes maior em 2014. Mesmo que alguns indicadores apontem uma redução na taxa de crescimento, que de acordo com a Fundação SEADE¹⁷ atualmente é de 2,1% (contra os 4,5% de 1991 a 2010), sem dúvida que tais circunstâncias ensejam a necessidade de um planejamento acerca da formação e inserção dessa população no mercado de trabalho formal, pois é lógico que uma alta taxa de crescimento no passado implica mais jovens e adultos no presente, como também em maior número de pessoas idosas no futuro, dado que o índice de envelhecimento da população é de 55,47%, em 2015 e com tendência de aumento.

Como a análise mais detalhada destas questões foge ao espectro central deste trabalho, uma vez que o intuito, neste momento, é caracterizar o município, e com ele, o campus do IFSP que serviu de referência para a análise, seguimos apresentando mais alguns dados, no entanto, focando e situando o município no contexto mais amplo do cenário da economia estadual e nacional.

Economicamente, o município apresentava, em 2010, um receita anual de R\$ 84.214.608,80. Os setores produtivos distribuem-se da seguinte forma:

Tabela 2 – Distribuição dos setores produtivos em Boituva (em 2010)

Setor	Quantidade
Agropecuária	7.114
Indústria	915.592
Serviços	765.089

Fonte: IBEG – Censo 2010. Dados disponíveis em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps>>.

A maior parte da população economicamente ativa é constituída por homens entre 10 e 40 anos, mas as mulheres também têm uma participação significativa, conforme mostram as tabelas 3 e 4, seguintes.

¹⁶ Fonte: IBEG – Censo 2010. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps>>. Acesso em 11 ago. 2015.

¹⁷ Disponível em <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/>. Acesso em 13 ago. 2015.

Tabela 3 – Empregos formais em Boituva de acordo com o gênero

Geração de empregos formais/Ano	2010	2011	2012	2013
Empregos Formais Homens	10.583	11.940	12.013	13.136
Empregos Formais Mulheres	5.871	7.409	6.975	7.991
Total de Empregos Formais	16.454	19.349	18.988	21.127

Tabela elaborada pelo autor com base nos dados disponíveis em <<http://www.imp.seade.gov.br>>

Tabela 4 – Empregos formais em Boituva conforme a escolaridade

	2010	2011	2012	2013	Total
Empregos Formais das Pessoas com Ensino Fundamental Incompleto	2.264	2.818	2.445	2.370	19.794
Empregos Formais das Pessoas com Ensino Fundamental Completo	4.283	5.124	4.664	4.788	37.718
Empregos Formais das Pessoas com Ensino Médio Completo	7.956	9.691	9.869	11.033	77.098
Total	14.503	17.633	16.978	18.191	134.610

Elaborado pelo autor com dados disponíveis em <<http://www.imp.seade.gov.br>>

É interessante observar como a proporção de 2 homens para cada mulher com empregos formais manteve-se de 2010 a 2013. Outro dado interessante de se observar é o crescimento significativamente maior da empregabilidade das pessoas com o Ensino Médio completo. Nos demais casos, apresentados na Tabela 4, os números praticamente se mantiveram, chegando até a apresentar uma queda de 2011 para 2013 (no caso das pessoas com Ensino Fundamental Completo). Daí, é fácil inferir a relevância do nível de escolaridade na empregabilidade, bem como a necessidade de um aprimoramento constante que satisfaça às necessidades do setor empregador.

Para empreender um programa de formação que atenda à demanda de uma realidade cada vez mais complexa e em constante transformação, é necessário que diferentes agentes institucionais se articulem e somem esforços. É nesse sentido que se dá a relação entre o IFSP e o município de Boituva.

3. 3. 1. Campus Boituva

A partir de uma articulação entre a prefeitura de Boituva-SP e o Instituto Federal de São Paulo-IFSP, iniciaram-se no primeiro semestre de 2009 as tratativas para realização de acordo com a Associação Profissionalizante “Vereador Jandir

Schincariol” que tinha como objetivo a cessão do CETEB - CENTRO EDUCACIONAL E TECNOLÓGICO DE BOITUVA.

Esse acordo estabeleceu como meta oferecer gradativamente à comunidade de Boituva e região, a partir de agosto de 2009, Programas de educação profissional e tecnológica em seus diferentes níveis e licenciaturas, promovendo a ocupação gradativa das instalações do Centro Educacional e Tecnológico de Boituva – CETEB, visando à transformação futura deste em um *campus* do IFSP. A partir desse acordo, em agosto de 2009, foram ofertadas 40 vagas do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, no período vespertino, com duração de 18 meses. Nessa fase, o *campus* funcionava em total parceria com a Prefeitura e a Associação, tendo 1 servidor efetivo do IFSP; os demais servidores eram funcionários do CETEB ou professores substitutos. Em 23 de dezembro de 2009, a Resolução do Conselho Superior n.º 28 autorizou o funcionamento do então Núcleo Avançado Boituva, que iniciou as atividades em 17 Agosto de 2009, na Avenida Zélia de Lima Rosa, 100, Portal dos Pássaros, em Boituva, a 115 km da Capital (IFSP,2014).

Em 1º de fevereiro de 2010, o Ministério da Educação realizou a inauguração simultânea de 78 escolas federais de educação profissional do país, sendo nove destas do Instituto Federal de São Paulo, consolidando assim a implementação dos Campus avançados de Boituva e Capivari, ambos com base no Campus Salto.

Mas é através da Portaria Ministerial n.º 1.366, de 06 de dezembro de 2010, que passa a haver a denominação *Campus* Avançado Boituva, marcando-se este como o primeiro *Campus* Avançado do Instituto Federal de São Paulo. No período de agosto a novembro de 2010, o *campus* começou a receber os servidores aprovados no Concurso, tornando-se cada vez mais independente do acordo de cooperação com a APVJS e Prefeitura. Ainda no 2º semestre de 2010, o *campus* atendeu mais uma demanda da cidade e região, ofertando 40 vagas para o Curso Técnico em Automação Industrial. Em 2011, começaram as primeiras discussões acerca de novas ofertas de cursos, e foi composta uma comissão de professores que realizaram estudos na cidade e região, apontando o Curso Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas como sendo o 1º Curso Superior a ser oferecido pelo *Campus* Avançado Boituva. Durante o ano de 2012, sob comando da Diretoria de Graduação da Pró Reitoria de Ensino, um grupo envolvendo servidores de todo o IFSP trabalhou na construção de um plano de curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas unificado para todo o IFSP, resultando, no início de 2013, no processo de finalização do PPC de Boituva. Foi também no ano de 2012 que o *Campus* investiu em equipamentos, acervo bibliográfico e 75 novos computadores para atender a demanda desse novo curso, previsto para agosto de 2013 (IFSP, 2014).

A diferença principal entre campus avançado e campus pleno está na infraestrutura, especialmente no fato de possuir ou não um prédio próprio. O campus avançado sempre é dependente da estrutura e da gestão de outro; já o pleno alcançou a autonomia administrativa e tem condições de funcionar plenamente, sem depender da estrutura de outro.

Em 23 de abril de 2013, por meio da portaria nº 330 do Ministério da Educação o Campus Avançado Boituva passa a ser Campus Pleno, possibilitando assim autonomia na gestão administrativa.

Ainda no segundo semestre de 2013, iniciou-se a implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC, na modalidade de Bolsa-Formação.

O PRONATEC traz em sua concepção duas modalidades de qualificação chamadas de Bolsa-Formação, por meio da qual são oferecidos cursos técnicos para estudantes matriculados no Ensino Médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para grupos sociais de diferentes perfis.

A primeira modalidade é a Bolsa-Formação Trabalhador, que oferta cursos de Formação Inicial e Continuada (cursos de curta duração, com 160 horas-aula ou mais), destinada, preferencialmente para beneficiários do seguro-desemprego e dos Programas de inclusão produtiva do Governo Federal, incluindo ainda agricultores familiares, silvicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas, jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e pessoas com deficiência.

A Bolsa-Formação Estudante, por sua vez, destina-se aos estudantes das redes públicas. Eles são beneficiados com Cursos Técnicos de duração mínima de 800 horas que são realizados em concomitância com o Ensino Médio.

Inicialmente foram implementadas em Boituva quatro turmas, sendo duas de Desenho Mecânico com 25 alunos em cada, e duas turmas de Eletricista Industrial, totalizando 100 alunos.

3. 3. 2. Seleção dos docentes no PRONATEC

A entrada de profissionais docentes no PRONATEC obedece regras impostas por editais que acontecem em dois momentos distintos. No primeiro momento, são abertas vagas para servidores do IFSP, em um processo conhecido como edital interno, o segundo momento acontece quando o quadro de vagas não é preenchido e são abertas inscrições para o público externo, este processo é conhecido como edital externo.

No caso específico dos editais que compõem este estudo, observou-se que no edital interno foram selecionados três servidores que atuam na área administrativa para trabalharem como docentes na disciplina de Integração e

Orientação Profissional, sendo servidores com formação em assistência social, contabilidade e biblioteconomia, respectivamente, todos sem experiência de docência. A disciplina de orientação profissional era comum a todos os cursos com carga horária de 20 horas para cada curso.

Para atuarem no núcleo específico, foram contratados: um docente com formação em engenharia elétrica, sem licenciatura, para atuar com a disciplina específica de Eletricista Industrial, um docente tecnólogo em eletrônica, sem licenciatura, para atuar no curso específico de Desenho Mecânico e um docente com formação em ciência da Computação para atuar no curso de Espanhol. As turmas em questão foram as três turmas com maior índice de evasão. Os profissionais envolvidos na docência destas turmas são servidores do Instituto e já atuavam como docentes em áreas comuns aos cursos trabalhados, com exceção do docente de Espanhol que estava em área diferente de sua atuação no instituto. Esse curso em especial sofreu mudança de docente.

Tabela 5 – Requisitos mínimos para ingresso nos cursos

Disciplina/ Curso	Horas/Aula	Requisitos Mínimos
Inglês	160	Ser servidor docente ou técnico administrativo do quadro permanente do IFSP, ativo ou inativo, com Graduação em Letras ou Licenciatura, com experiência docência em Inglês e comprovação de curso
Espanhol	160	Ser servidor docente ou técnico administrativo do quadro permanente do IFSP, ativo ou inativo, com Graduação em Letras ou Licenciatura, com experiência em docência Espanhol e comprovação de curso
Inglês Aplicado ao Turismo	160	Ser servidor docente ou técnico administrativo do quadro permanente do IFSP, ativo ou inativo, com Graduação em Letras ou Licenciatura, com experiência em lecionar inglês com ênfase em conversação e comprovação de curso de inglês.
Libras	140	Ser servidor docente ou técnico administrativo do quadro permanente do IFSP, ativo ou inativo, com Graduação em Letras ou Licenciatura, com experiência em Libras ou outra formação de nível superior com experiência em Libras.
Eletricista Industrial	180	Tecnólogo em Automação Industrial; ou

Desenho Mecânico	180	Engenheiro Elétrico/ Eletrônico; ou Curso Superior na área de Elétrica ou Eletrônica.
Integração e Orientação Profissional	40	Tecnólogo em Mecânica; ou Engenheiro Mecânico; ou Curso Superior na área de Mecânica ou Produção. Ser docente ou técnico administrativo das Instituições Públicas de Ensino Profissionalizante, com formação superior na área de humanas.

Elaborado pelo autor a partir de documentos do IFSP

Posteriormente, com o não preenchimento das vagas por servidores do Instituto Federal, foi lançado o segundo edital, para complementação do quadro por profissionais externos.

O curso de Inglês Aplicado a serviços Turísticos foi desenvolvido por docente externo, com formação em comunicação social e licenciatura em Língua Inglesa; o curso de Libras foi desenvolvido por docente externo com formação em Sistema da informação, com experiência e cursos na área de Libras; o curso de Operador de Torno CNC foi desenvolvido por docente externo ao quadro do Instituto, com formação de Tecnólogo em Mecânica com experiência na área. Com a Tabela 5, podemos observar que os requisitos para seleção não priorizam nas habilidades específicas a licenciatura ou cursos de complementação para docência.

Tabela 6 – Requisitos para contratação de docentes

Disciplina	Hora/Aula	Requisitos Mínimos
Inglês	160	Graduação em Letras ou Licenciatura, com experiência em lecionar inglês com ênfase em conversação e comprovação de curso de inglês.
Espanhol	160	Graduação em Letras ou Licenciatura, com experiência em docência Espanhol e comprovação de curso.
Libras	160	Graduação em Letras ou Licenciatura, com experiência em Libras ou outra formação de nível superior com experiência em Libras.

Quadro elaborado pelo autor a partir de documentos do IFSP.

Referente à remuneração, era efetivada por meio da bolsa de formação trabalhador, não havendo distinção dos valores entre contratados internos e externos. De acordo com o edital de seleção, os valor das bolsas, para uma carga horária máxima de 16 horas semanais, seria de R\$ 50,00 por hora/aula.

Em termos comparativos, considerando, por exemplo, o valor da hora/aula paga em instituições como a Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC), R\$26,66¹⁸, pode-se dizer que o valor da bolsa é convidativo (48% mais alto) e não pode ser considerado um fator de desestímulo do Programa.

É evidente que a valorização do profissional docente não pode se restringir ao aumento da remuneração. Isso, por si só, não significa uma melhora da qualidade que repercute na questão da evasão e do abandono dos cursos. Também faz parte da valorização profissional a disponibilidade de recursos apropriados, a formação adequada e um plano de carreira apropriado, o que significa que programas como esse devem sempre estar bem articulados com o contexto da educação mais geral.

3.3. 3. Sujeitos da Pesquisa

O núcleo principal da pesquisa consistiu de um grupo de amostra formado por 136 alunos matriculados que participaram dos cursos de Espanhol, Eletricista Industrial, Desenho Mecânico, Inglês, Libras e Operador de Torno CNC no período de Fevereiro a julho de 2014, do PRONATEC, no Campus Boituva, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Desse total, 41 representam o conjunto dos evadidos de todos os cursos.

¹⁸ Edital de Reabertura publicado no D.O.E. de 29/04/2014 pág. 193

Tabela 7 - Cursos PRONATEC primeiro semestre de 2014.

Curso	N. de Vagas	N. de Matrículas	Evadidos	Concluintes
Desenhista Mecânico	20	20	8	12
Eletricista Industrial	25	25	12	13
Espanhol Aplicado ao Turismo	24	24	8	16
Inglês Aplicado ao Turismo	25	22	6	16
Libras	25	25	3	22
Operador de Torno CNC	20	20	4	16
TOTAL	139	136	41	95

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Coordenação de Extensão do Campus Boituva (IFSP)

É importante observar que o total de vagas disponíveis (139) é maior que o total de matrículas, de modo que, em sua totalidade, o Programa começa com um *déficit*, embora pequeno, de matrículas.

Outro dado que fica evidente na tabela é que houve uma turma que se destacou pelo número de evadidos, a de Eletricista Industrial, fato este que será abordado em item posterior.

Também compuseram os sujeitos da pesquisa um professor cuja turma apresentou maior índice de evasão e um empresário, os quais foram entrevistados com um roteiro específico diretamente ligado ao Programa.

3.3.4 Cursos do PRONATEC ofertados em Boituva no primeiro semestre de 2014

A partir de interlocuções instituídas entre autoridades do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Prefeitura de Boituva, com base no Catálogo Nacional de Cursos do PRONATEC¹⁹, foram definidos para o primeiro semestre de 2014 os cursos indicados nas tabelas abaixo:

¹⁹ Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/cnct>

Tabela 8 – Caracterização do curso - Desenhista Mecânico

CURSO	DESENHISTA MECÂNICO
Eixo	Controle e Processos Industriais
Carga horária	160 horas
Escolaridade mínima	Ensino Fundamental II Incompleto
Descrição	Desenvolve e interpreta desenhos técnicos por meio da utilização de instrumentos e Programas específicos, trabalhando sob a supervisão técnica, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.

Elaborado pelo autor a partir de dados da coordenação de extensão do IFSP Campus Boituva

Tabela 9 – Caracterização do curso – Eletricista Industrial

CURSO	ELETRICISTA INDUSTRIAL
Eixo	Controle e Processos Industriais
Carga horária	200 horas
Escolaridade mínima	Ensino Fundamental I Incompleto
Descrição	Executa trabalhos de montagem e manutenção de instalações elétricas em baixa tensão, e de sistemas elétricos de máquinas e equipamentos, interpretando esquemas e diagramas, realizando levantamento de cargas, montagem de quadro de distribuição e de comando, instalação de dispositivos, componentes e materiais, e Programando controladores lógicos, de acordo com normas técnicas, ambientais, de qualidade e de segurança e saúde no trabalho.

Elaborado pelo autor a partir de dados da coordenação de extensão do IFSP Campus Boituva

Tabela 10 – Caracterização do curso – Espanhol Aplicado a Serviços Turísticos

CURSO	ESPAÑHOL APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS
Eixo	Desenvolvimento Educacional e Social
Carga horária	180 horas
Escolaridade mínima	Ensino Fundamental II Incompleto
Descrição	Compreende e produz mensagens orais e escritas em língua espanhola em nível básico, no setor turístico, com vistas a atender às demandas e expectativas dos clientes de forma a atendê-lo com objetividade e cordialidade, esclarecer dúvidas usuais no setor turístico e apresentar as principais informações referentes à região em que atua. Compreende e produz gêneros textuais básicos do setor turístico. Reconhece variações culturais e linguísticas do universo em espanhol. Usa estruturas da língua espanhola em situações comunicativas reais.

Elaborado pelo autor a partir de dados da coordenação de extensão do IFSP Campus Boituva

Tabela 11 – Caracterização do curso – Inglês Aplicado a Serviços Turísticos

CURSO	INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS
Eixo	Desenvolvimento Educacional e Social
Carga horária	180 horas
Escolaridade mínima	Ensino Fundamental II Incompleto
Descrição	Compreende e produz mensagens orais e escritas em língua inglesa em nível básico, no setor turístico, com vistas a atender às demandas e expectativas dos clientes de forma a atendê-lo com objetividade e cordialidade. Esclarece dúvidas usuais no setor turístico e apresenta as principais informações referentes à região em que atua. Compreende e produz gêneros textuais básicos do setor turístico. Reconhece variações culturais e linguísticas do universo em inglês. Usa estruturas da língua inglesa em situações comunicativas reais.

Elaborado pelo autor a partir de dados da coordenação de extensão do IFSP Campus Boituva

Tabela 12 – Caracterização do curso – Libras

CURSO	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – BÁSICO
Eixo	Desenvolvimento Educacional e Social
Carga horária	160 horas
Escolaridade mínima	Ensino Fundamental Completo
Descrição	Utiliza a Língua Brasileira de Sinais em nível básico, para comunicação com desinibição corporal, com pessoas surdas usuárias de Libras em diversos contextos sociais.

Elaborado pelo autor a partir de dados da coordenação de extensão do IFSP Campus Boituva

Tabela 13 – Caracterização do curso – Operador de Torno

CURSO	OPERADOR DE TORNO COM COMANDO NUMÉRICO COMPUTADORIZADO
Eixo	Controle e Processos Industriais
Carga horária	200 horas
Escolaridade mínima	Ensino Fundamental II Incompleto
Descrição	Planeja e opera tornos com comando numérico computadorizado (CNC), para usinagem de peças, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.

Elaborado pelo autor a partir de dados da coordenação de extensão do IFSP Campus Boituva

Ainda sobre estes cursos, o gráfico abaixo apresenta a distribuição do número de vagas ofertado, número de alunos matriculados, número de evadidos e, por fim, número de concluintes estratificados por curso.

Gráfico 2 - Distribuição do grupo de amostra por curso

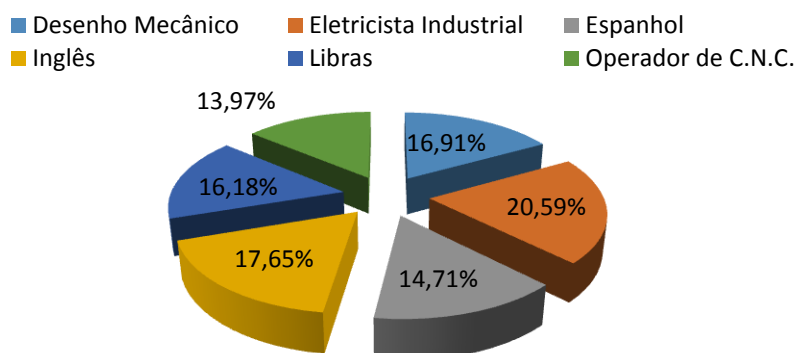


Gráfico elaborado pelo autor a partir de documentos do IFSP.

No tocante à distribuição etária, na categoria jovem, foram inseridos os indivíduos de 16 a 29 anos, que representavam 66,18% (90); na categoria adulto, entraram os indivíduos de 30 a 53 anos, representando 33,82% (46) do grupo de amostra. Portanto, o Programa atende principalmente a jovens entre 16 e 29 anos.

Os sujeitos pesquisados são oriundos de diversos bairros da cidade de Boituva, sendo que 50,7% (69) são mulheres e 49,3% (67) são homens. Outro dado interessante quanto caracterização do grupo de amostra é o fato de que grande parte deles, 66,9% (91), não nasceram no município, são migrantes de outras localidades.

Quando da aplicação do questionário, 96,3%(131) dos participantes residia na cidade e 3,7% (5) vinham de fora (Iperó, Tatuí, Porto Feliz).

No tocante ao perfil socioeconômico, os sujeitos distribuem-se entre as classes C, D e E²⁰, conforme indica o gráfico 3:

²⁰ A visão do IBGE, baseada no número de salários mínimos, é mais simples e divide em apenas cinco faixas de renda ou classes sociais, conforme a tabela 16 válida para o ano de 2014 (salário mínimo em R\$ 725).

Gráfico 3 – Caracterização socioeconômica

- Até 1 salário mínimo - até R\$ 724,00
- Entre 1 e 2 salários mínimos - de R\$ 724,01 a R\$ 1.448,
- Entre 2 e 5 salários mínimos - de R\$ 1.448,01 a R\$ 3.620,0
- Mais de 5 salários mínimos - Acima de 3.620,0

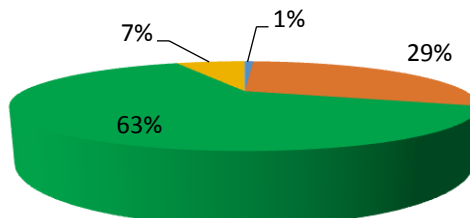


Gráfico elaborado pelo autor a partir de documentos do IFSP.

Considerando o que diz a Lei 12.531/2011, é possível perceber como o grupo de amostra representa bem o público-alvo do PRONATEC:

O PRONATEC deverá atender, prioritariamente, os estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores; beneficiários dos Programas federais de transferência de renda; e estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral (...) cursos voltados para públicos específicos em cada região (...). Algumas turmas são exclusivas para determinados públicos e outras são compartilhadas ou mesmo abertas. Após a mobilização dos públicos específicos pelas redes demandantes, as vagas remanescentes (não ocupadas dentro do prazo de cinco dias após a publicação da abertura da turma pela instituição ofertante do curso), são disponibilizadas no site do PRONATEC, de forma que estejam disponíveis para toda a população interessada. (BRASIL, 2014).

Portanto, em resumo, o grupo é ilustrativo de um público com idade entre 16 e 59 anos, membros das famílias compostas de 2 a 4 pessoas, residentes no município de Boituva, mulheres e homens, em sua grande parte desempregados, 61,9%, (84) com ensino fundamental completo e renda mensal familiar entre 2 e 4 salários mínimos (57% (77) são solteiros e residem com a família). A maioria 55% (75) frequentou os cursos no período diurno (vespertino) e noturno 43% (48).

4. ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O PRONATEC E SUAS CONFIGURAÇÕES – CAMPUS BOITUVA

4. 1. A INFRAESTRUTURA

Quanto a esse tópico, a maioria dos alunos externou a sua satisfação com os prédios e espaços em que os cursos eram ministrados, 60% (13) alegou estar satisfeito com a infraestrutura. Nesse ponto, é possível dizer que, no olhar do aluno, muitas vezes passa despercebido o fato de que, embora melhor que a maioria das outras instituições de ensino públicas, especialmente as da rede estadual, os IFs ainda carecem de uma série de elementos estruturais que são fundamentais para a qualidade dos processos desenvolvidos ali, como por exemplo laboratórios, rampas para pessoas com deficiência, piso tátil, intérprete de libras, equipamentos de leitura para cegos, etc. Esse olhar passa pelo fato de que, habituados a uma educação de péssima qualidade, quando se aproximam de uma instituição sensivelmente melhor, eles o percebem e tornam-se menos rigorosos no reconhecimento do que ainda falta.

No tocante ao tipo dos cursos ofertados, é possível identificar uma relativa coerência quanto aos cursos que foram escolhidos, os que são ofertados e a real necessidade da região, bem como as condições materiais e técnicas para ofertá-los.

Também foi possível notar que grande parte dos alunos alegou ter sido influenciado em casa para frequentar o curso, cerca de 71,4 %(15), pelos familiares, o que remete o olhar para os aspectos extrínsecos e que, muitas vezes, escapam à análise, 55%(11) dos educandos apontou como principal problema a dificuldade de aprender o conteúdo ensinado pelo professor. Isso está diretamente relacionado à precária formação que receberam no Ensino Fundamental, que deixou lacunas que tornam-se mais explícitas no contexto que passaram a frequentar com o PRONATEC; 21,9% (5) alegou ter saído do curso por dificuldade de conciliar escola e trabalho.

4. 2. A QUESTÃO DA MOBILIDADE

A Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável²¹ apresenta uma concepção em que a mobilidade consiste em um conjunto de elementos que associa pessoas, bens e serviços a suas necessidades de deslocamentos, compreendendo a complexidade dos espaços urbanos e as atividades desenvolvidas nestes mesmos espaços. Refere-se, portanto, à criação de infraestrutura apropriada, com disponibilidade de acesso urbano ao sistema viário, bem como a possíveis redes integradas de transporte coletivo, facilitando o deslocamento do usuário em todos os espaços.

Embora a realidade de municípios como Boituva seja bem distinta daquela de grandes centros como Sorocaba, Campinas e São Paulo, não há problema em tomar como referência esta concepção para constatar sérias dificuldades que, embora distintas, são marcantes e demandam um esforço conjunto do Poder Público e dos pesquisadores para ser minimizados.

Um dos dados apontados pelo Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é o difícil acesso às instituições como fator de evasão²². Também na análise dos dados coletados, foi possível constatar que 80,9% (17) dos evadidos moravam acima de 3 quilômetros do local onde o curso foi realizado e muitos alegaram que esse era um fator importante, que dificultava a frequência aos cursos. Outro dado aponta para a questão da mobilidade (dificuldade de mobilidade), pois apenas 16,7% (3) dos pesquisados têm acesso a ônibus. Isso ocorreu em função da precariedade no transporte público da cidade, exemplo disso é a quantidade de linhas que atendem o local onde foram ofertados a maior parte dos cursos PRONATEC. Havia e ainda há apenas uma linha, com intervalos irregulares. No período de 16 horas, o ônibus passa apenas quatro vezes no campus e a irregularidade dos horários cria uma imprevisibilidade e torna irregular também a pontualidade na chegada para os cursos.

²¹ Brasil (2012). **Lei Nº 12.588**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm. Acessado em 07/09/2015, às 10h40.

²² Op. Cit., p. 18.

Tabela 14. Distância aproximada de sua casa até o local do Curso PRONATEC

	Porcentagem
Válido 1 a 3 KM	19,0
3 a 5 KM	57,1
Acima de 5 KM	23,8
Total	100,0

Elaborada pelo autor

É muito comum, entre os educadores, o incômodo com a falta de pontualidade de determinados alunos. Muitas vezes eles não atentam para aspectos como os que foram abordados anteriormente, sobretudo quando o público atendido é composto, em grande parte, por adolescentes que não dispõem de um serviço de transporte público que atenda aos horários dos cursos com a devida precisão. Muitos desses jovens precisam encontrar alternativas para se locomoverem até o local dos cursos e 80% dos pesquisados alegaram residir acima de 3 quilômetros de distância.

4. 3. A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

Outro dado constatado é a dificuldade de relacionamento do estudante, seja com professores, diretores ou colegas de sala. Destes, destacou-se em nossa análise a relação com os docentes.

Ao serem inquiridos sobre por que consideram o curso difícil, 33% cita a didática e 16,7% cita diretamente a dificuldade com o professor.

Tabela 15 – Por que considera o curso difícil

Motivação	Porcentagem de casos
Não está adaptado com a língua (inglês/espanhol)	16,7%
Didática do professor (aulas muito teóricas)	33,3%
Aulas muito teóricas	16,7%
Necessita de muita concentração	16,7%
Dificuldade com o professor	16,7%
Total	100,0%

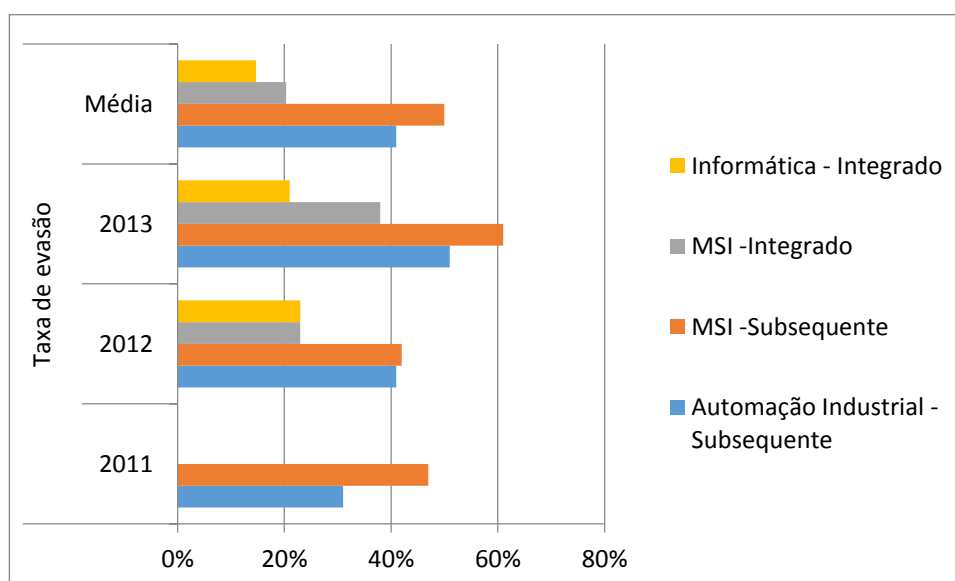
Elaborada pelo autor

Não há dúvida de que a postura do docente interfere na maneira do aluno interagir, tanto com a instituição quanto com o curso que está frequentando. Nesse ponto, é interessante observar que nenhum dos profissionais responsáveis por ministrar os cursos cobertos pelo questionário possuía licenciatura, embora todos possuíssem graduação de nível superior.

Alguns dados relacionados à questão da licenciatura são importantes para o entendimento da relação entre a formação dos docentes e a evasão. Conforme foi possível constatar no departamento de recursos humanos do campus, nos cursos de Manutenção e Suporte de Informática (Informática/MSI) e Automação Industrial, há 8 professores com licenciatura para 10 que não a possuem.

O número de professores sem licenciatura é pouco maior que aqueles que não a possuem, contudo, se observarmos de maneira mais detalhada os cursos, perceberemos que os que possuem maior número de docentes com licenciatura registram menor número de alunos evadidos, conforme mostra o gráfico 4 que apresenta um recorte do Campus Boituva entre 2011 e 2013. Nele é possível visualizar que os cursos integrados em que o número de professores com licenciatura é maior e a evasão apresenta números menores. Por outro lado, nos cursos subsequentes que têm em sua maioria docentes sem licenciatura a taxa de evasão atinge até 60%, como é o caso do ano de 2012 no curso de MSI-Subsequente.

Gráfico 4 - Índice de evasão curso regular do IFSP – Campus Boituva



Elaborado pelo autor a partir de dados do sistema de registros escolares do campus Boituva

É importante salientar que a valorização da licenciatura e ou experiência em docência não estão sendo consideradas como pontos primordiais para a contratação de professores. Isso pode ser constatado através dos editais²³ dos dois últimos concursos realizados para seleção de docentes no IFSP. Neles, sequer é mencionada a necessidade de o candidato possuir experiência em docência ou a licenciatura para investidura no cargo, ou até mesmo a necessidade de fazer uma formação complementar para docência.

O reflexo dessas contratações pode ser apontado como um dos fatores que tem contribuído com a evasão, uma vez que os profissionais que têm se candidatado são em sua maioria da área de exatas, em especial engenharias, cujo currículo está voltado para a indústria e não para formação docente. Engenharia de Produção chegou aos serviços e às instituições financeiras. (UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2014)

Em documento elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sobre a formação dos profissionais para atuar na Educação Profissional, também foram apontados alguns dados interessantes acerca dessa relação:

A pesquisa com professores indicou que somente 21% deles haviam participado de cursos de formação de docentes para atuar na educação profissional e que 66% gostariam de fazê-lo assim que tivessem oportunidade. Pouco mais de 5% apontou que não pretende participar porque possui habilitação formal para lecionar. [...] Um aspecto da oferta desses cursos de formação é a baixa eficácia no desenvolvimento de competências essenciais ao desempenho docente. Confrontados com uma lista dessas competências, 43% dos concluintes de cursos dessa natureza concordaram com a afirmação de que “o curso preparou os participantes para fazer planejamento de aulas e de cursos”; 36% assinalaram que “com o curso, os participantes desenvolveram habilidades para motivar os alunos a aprender”; 31% indicaram que “no curso, os participantes aprenderam a usar técnicas eficazes que facilitam a aprendizagem em sala de aula”; 29% dos concluintes apontaram que “com o curso, os participantes aprenderam a avaliar melhor os ganhos de aprendizagem dos alunos”; e, finalmente, somente 18% assinalaram que “o curso preparou os professores para desenhar materiais e recursos de aprendizagem para o uso em aula”. / 261. Apenas 39% dos concluintes declararam-se satisfeitos com a qualidade do curso. Ainda assim, cerca de metade acredita que saíram dos cursos mais preparados para atuar com educação profissional. Pelos índices obtidos nessa avaliação dos cursos de formação pelos professores concluintes, percebe-se que há muito espaço para introdução de melhorias. (BRASIL/TCU, 2014, p. 18).

²³ Editais nº 113, de 4 de outubro de 2011 e nº 50, de 10 de fevereiro de 2014 disponíveis no Diário Oficial da União - DOU

O estudo citado pelo TCU aponta que uma minoria dos profissionais passou por algum curso de formação que os preparou para atuar. Mesmo entre os que participaram, os resultados são duvidosos, pois apenas 39% dos 21% que passaram por formação, declararam-se satisfeitos com a qualidade do curso e apenas 31% alegou ter aprendido técnicas eficazes na sala de aula. O que se pode esperar de um sistema educacional em que a maior parte dos profissionais não é capacitada em um regime de formação continuada? Por isso, não é possível restringir o problema da educação profissional apenas à defasagem ou falta de interesse dos alunos.

Uma reflexão sobre o perfil do profissional que está atuando com essa modalidade de ensino é urgente, pois, além de sua formação ser deficitária quanto às especificidades do nível e modalidade do curso, os valores e anseios destes profissionais muitas vezes entram em conflito com as necessidades e características dos alunos que frequentam os cursos do PRONATEC. Nesse sentido, é ilustrativa a transcrição da entrevista realizada com um dos profissionais que ministrou aula em um dos cursos com maior índice de evasão, quando perguntado se sempre trabalhou como docente e se sentiu dificuldades na atividade:

Professor 1. Não, eu, quando fiz o curso técnico, eu terminei em 94. Trabalhei como técnico em eletrônica, aí quando eu entrei na faculdade em 98, depois que eu terminei a faculdade eu comecei a trabalhar como professor e como engenheiro também, antes trabalhava na indústria e dando aula também. / Olha, eu não tive muita dificuldade, porque quando eu fiz o curso técnico pelo Senai, eu tive professores que eu gostava muito das disciplinas. Então eu sempre tive interesse é nessa área de docência, a dificuldade que eu tive foi mais com o público que a dificuldade da profissão em si.

Percebe-se com a resposta do professor, de um lado, a importância de envolver afetivamente o aluno com o assunto que está sendo trabalhado (“... eu tive professores que eu gostava muito das disciplinas”) e de outro o deslocamento da responsabilidade pelos problemas para a figura do aluno (“... a dificuldade que eu tive foi mais com o público que a dificuldade da profissão em si”).

Na realidade, esse tipo de afirmação corrobora o que já foi dito acerca da necessidade de preparação do profissional e da discrepância que muitas vezes

existe entre as expectativas do professor e a realidade dos alunos. Essa discrepância é ainda maior quando o docente já pertencera ao quadro de servidores do IF. No tratamento dos dados levantados, isso ficou evidente (tabela 15). Os cursos com professores internos apresentaram um índice de evasão 30%²⁴ a mais que os professores externos (contratados). É curioso observar que a maioria destes últimos são professores com licenciatura, situação inversa aos primeiros, o que denota a importância da licenciatura e da formação adequada do profissional que vai atuar com esse tipo de Programa.

Como bem observa Gadotti (2003, p. 4),

[...] a formação inicial e continuada da (o) professor (a) supõem uma nova cultura profissional. O maior desafio desta profissão está na mudança de mentalidade que precisa ocorrer tanto no profissional da educação quanto na sociedade e, principalmente, nos sistemas de ensino. A noção de qualidade precisa mudar profundamente: a competência profissional deve ser medida muito mais pela capacidade do docente estabelecer relações com seus alunos e seus pares, pelo exercício da liderança profissional e pela atuação comunitária, do que na sua capacidade de “passar conteúdos”.

Mesmo considerando que há outros fatores envolvidos na questão da evasão, como os socioeconômicos que serão tratados em seguida, não é possível subestimar o quanto a formação dos profissionais, suas expectativas e concepções pedagógicas influenciam nesse processo.

4. 4. OS FATORES SOCIOECONÔMICOS

Um estudo realizado acerca da evasão nos cursos técnicos da rede federal de educação profissional de Minas Gerais²⁵, em um programa muito similar ao PRONATEC, denominado Programa de Educação Profissional (PEP), apontou como causas da evasão os seguintes fatores:

²⁴ Ver tabela 8.

²⁵ DORE, R. *et al* (Orgs.). **Evasão nos cursos técnicos da rede federal de educação profissional de Minas Gerais**. In: _____. Evasão na educação: estudos políticos e propostas de enfrentamento. Brasília: Editora do IFB: RIMEPES, 2014, p. 379 – 413.

Tabela 16 – Causas da evasão no PEP

MOTIVOS	%
EMPREGO	36,56
DESISTENTES SEM JUSTIFICATIVA	20,91
HORÁRIO INCOMPATÍVEL	9,15
ESTUDOS	8,91
INGRESSO EM CURSO SUPERIOR	7,40
MUDANÇA DE MUNICÍPIO	4,23
SAÚDE	3,01
TRANSPORTE	2,95
GRAVIDEZ	1,85
ACHOU MUITO DIFÍCIL	1,85
NÃO SE IDENTIFICOU COM O CURSO	1,75
FILHOS	1,43

Elaborado pelo autor a partir de dados retirados do estudo do PEP

Na tabela 16, é possível perceber destacadamente o emprego como fator de evasão. É interessante observar que esses programas têm como foco o emprego, mas o mesmo figura como fator de abandono do curso.

No mesmo estudo, são apontados outros dados que se aproximam das constatações feitas a partir da tabulação dos dados dos questionários aplicados aos alunos evadidos no PRONATEC de Boituva, como um percentual significativo de evadidos que não apresentaram justificativas para se evadirem 20% (4) e a presença de múltiplos fatores relacionados a esse fenômeno.

Como observado anteriormente, a análise dos questionários permite afirmar que o grupo de amostra é ilustrativo do público específico atendido pelo PRONATEC, um programa governamental com características muito similares ao PEP. Também é possível inferir que há fatores de natureza socioeconômica relacionados à evasão dos cursos do Programa. Nesse sentido, é importante constatar como o atraso na bolsa-formação está relacionado, por exemplo, à dificuldade para chegar ao local onde está sendo realizado o curso por falta de dinheiro para pagar o ônibus.

Além disso, entre os pesquisados evadidos, 57,1% (12) são solteiros e apresentam um relativo grau de dependência dos pais; 61,9% (13) têm renda familiar de até 2 salários mínimos (número que coincide com a porcentagem dos que se declararam pretos e pardos, 61,9%(13); 66,7% (14) deles inscreveram-se para o curso através da prefeitura e 33,3% (7) diretamente no instituto (o que aponta, mais uma vez, para a dificuldade de acesso ao campus).

Este último dado vai ao encontro ao fato de 25% (5) afirmar que possui emprego regular e em tempo integral. No entanto, põe em questão o fato de um programa que tem na sua essência a preparação para o mundo do trabalho ter no emprego um fator de evasão dos alunos. Esta contradição deixa entrever as próprias contradições com as quais se depara a sociedade brasileira: os interesses dos patrões e as necessidades dos trabalhadores.

Considerando que, entre os concluintes pesquisados, a média do rendimento mensal familiar fica entre 3 a 4 salários mínimos, podemos inferir que os alunos evadidos têm rendimento familiar mensal significativamente inferior aos que concluíram o curso. Outro dado interessante é que 66,7% (14) não trabalham; 47,6% (10) têm filhos e 28,6% (6) recebem bolsa ou algum auxílio do governo. Isso evidencia, portanto, como a condição socioeconômica está diretamente relacionada à questão da evasão dos cursos do Campus Boituva.

4. 5. EXPECTATIVAS E INTERESSES

Diversos estudos já foram feitos sobre a relação do aluno com aquilo que ele estuda, isto é, o grau de identificação do estudante com o curso ou com as disciplinas estudadas. Dore *et al* (2014) apontam que em quase todos os estudos apresentados em sua análise, nota-se a não identificação do aluno com o contexto de escola técnica, expressa na preferência pelo Ensino Médio regular, pela falta de vocação ou gosto pela área, falta de motivação, interesse ou compromisso com o curso. Segundo a autora, isso pode estar relacionado com a escolha precoce da carreira profissional. Grande parte dos alunos das escolas federais frequentam o curso técnico integrado, a idade prevista para começar o curso é de 15 anos de idade, o que implica que muitas vezes os alunos escolhem um campo de estudo prematuramente sem informações suficientes sobre o curso e a profissão a ele relacionada.

Embora haja uma tendência em concordar com a autora, e considerando que, em se tratando de educação profissional e, mais precisamente de um Programa como o PRONATEC, as realidades pesquisadas se aproximam. Não foi possível constatar com tamanha clareza se a identificação com o curso (ou a falta dela) constitui um fator relevante da evasão.

Essa questão é mais problemática do que parece, pois traz para o debate a discussão acerca de que tipo de educação ou de curso se deve destinar aos jovens das classes C, D e E. A tendência de se construir duas escolas, uma de caráter mais teórico e gerencial e outra de caráter mais prático, ainda permanece nos dias atuais. Estudos como os de Pierre Bourdieu, Dumerval Trigueiro, Paulo Freire, Ivan Illich, Dermeval Saviani denunciam essa tendência de se criar uma escola para os filhos dos trabalhadores e outra para os filhos dos patrões:

A dualidade estrutural confirma-se nos limites das classes sociais e da dicotomia histórica entre os estudos de natureza teórica e os estudos de natureza prática. A 'escola do dizer' e a 'escola do fazer' são, nas palavras de Nosella (1995), as divisões estruturais do sistema educativo no modo capitalista de produção. A escola de formação das elites e a escola de formação do proletariado. Nessa concepção está implícita a divisão entre aqueles que concebem e controlam o processo de trabalho e aqueles que o executam. A educação profissional destinada àqueles que estão sendo preparados para executar o processo de trabalho, e a educação científico-acadêmica destinada àqueles que vão conceber e controlar este processo. Essa visão que separa a educação geral, propedêutica da educação específica e profissionalizante, reduz a educação profissional a treinamentos para preenchimento de postos de trabalho. (ALVES, 2012)

O que está em jogo é o direito que todos os cidadãos e cidadãs têm de ter acesso a uma formação mais abrangente, que envolva não apenas aspectos práticos e que se aproxime de um mero treinamento, mas que dê subsídios em termos de valores e comportamentos inerentes a uma sociedade democrática e que luta para diminuição das desigualdades.

Alguns dados levantados em nossa pesquisa deixam claro que os alunos dos cursos de qualificação profissional ofertados pelo PRONATEC não estão interessados em um mero treinamento, também valorizam o conhecimento em sentido mais amplo, mesmo que o sentido pragmático destes últimos não esteja tão aparente. É ilustrativo o fato de que, mesmo tendo dificuldade e terminando por evadir do curso, 65% dos alunos alegaram ter gosto pela matéria.

Esses dados põem em xeque a alegação, comum, sobretudo entre os docentes, que o principal fator de evasão é o desinteresse dos alunos, como é possível perceber, a título de exemplo, na resposta do professor entrevistado:

Professor 1(...) *tinham alguns alunos que trabalhavam na área, na indústria então esses alunos eram mais interessados, tinham alguns alunos interessados por si só mesmo, já tinham interesse pelo curso, mas uma grande parcela eram alunos que estavam ali porque*

queriam receber a bolsa, se preocupavam mais com a bolsa do que realmente buscar conhecimento, tinha esse perfil também.
(...)

Ao contrário do que afirma o professor, o que se constata a partir das respostas dadas pelos alunos evadidos é que há sim interesse e que os mesmos valorizam os conhecimentos abordados nos cursos, além disso, o interesse permanece mesmo após abandonarem o curso, o que falta são as condições para que eles continuem frequentando.

4.6 ORGANIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Outro aspecto observado foi o fato dos alunos evadidos apontarem como menos interessantes disciplinas como português e matemática. Considerando que tradicionalmente essas matérias têm uma posição “privilegiada” no ensino regular, com maior número de aulas e maior ênfase nos documentos oficiais e avaliações externas, é de se pensar por que isso ocorre. A resposta a esta pergunta foge aos limites deste trabalho, mas aponta para a necessidade de uma reflexão acerca das abordagens e da hierarquia de excelência que se estabelece entre os saberes no ensino regular e que acaba repercutindo na educação profissional e em Programas de qualificação específicos como PRONATEC.

Gráfico 5 – Maior dificuldade

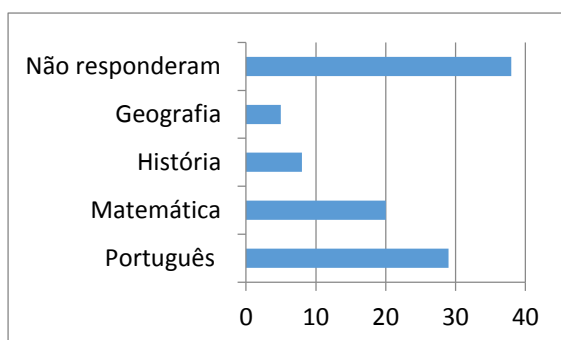
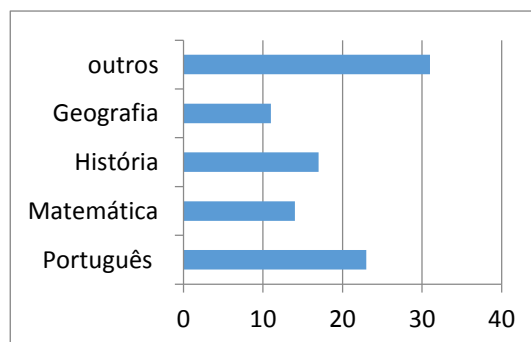


Gráfico 6 – Maior facilidade



Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa

No comparativo dos dois gráficos, é possível notar que nas matérias de Português e Matemática, o índice de dificuldades 29% (6) e 20% (4) é maior do que o de facilidade 14% (3) e 23% (5). Já as disciplinas Geografia e História apresentam

um índice menor de dificuldade e maior de facilidade (dificuldade: 5% (1) e 8% (2); facilidade: 11% (2) e 16% (3)). Isso remete a dúvidas sobre como essas disciplinas estão sendo abordadas no contexto dos cursos profissionalizantes do PRONATEC e sobre como os educadores estão lidando com a defasagem ou a relação complicada dos alunos com determinadas matérias. Considerando que 61,9% (13) dos que responderam acharam o curso difícil, podemos perceber como a identificação (ou não identificação) com as disciplinas impacta na identificação com o curso como um todo, o que, evidentemente, relaciona-se com a questão da evasão, pois uma maior identificação significa um menor índice de evasão.

Esse fator é sensivelmente relevante no contexto do grupo entrevistado nesse trabalho, uma vez que 66,2% (14) dos pesquisados são jovens de 15 a 29 anos e destes, a maior parte 80% (17) são adolescentes que ainda moram com os pais e recém-saídos do Ensino Médio; são jovens que estão se inserindo no mercado de trabalho e passam por profundos questionamentos acerca da carreira e da profissão que vão seguir.

Nesse sentido, é ilustrativo o fato de 52,4% (11) dos indivíduos não terem respondido às questões referentes aos motivos que os levaram a se inscrever no Programa. Isso denota que os motivos nem sempre estão claros e que a decisão é muitas vezes condicionada por fatores inconscientes ou não refletidos.

Entre os que responderam, é notória a contradição das respostas: em uma primeira questão, 76,2% (16) afirmaram que sempre quiseram fazer o curso escolhido; logo em seguida, 71,4% (15) afirmam ter entrado no Programa por influência dos familiares/amigos; 61,9% (13) acreditam que o curso vai ajudar no mundo do trabalho e melhorar as possibilidades salariais; 52,4% (11) acharam que o curso poderia contribuir para a sociedade; 68,4% (14) consideraram que o ponto mais positivo do curso foi o lugar (estrutura) onde foi realizado. Aquilo que é visto como positivo pela maior parte dos pesquisados não está em sintonia com a satisfação de suas expectativas iniciais com relação ao curso. Em outras palavras, o prédio é bonito, mas o curso não atende às expectativas.

Além disso, outro dado que não passa despercebido, já mencionado, é o fato de os alunos trazerem dificuldades herdadas do Ensino Fundamental e Médio. A relação dos indivíduos com as matérias de Português e Matemática demonstram isso (gráficos 5 e 6). Não constitui uma preocupação direta do Programa tratar essa

defasagem. Julga-se possível executar uma qualificação e um aperfeiçoamento profissional sem que necessariamente se aborde essa questão delicada da defasagem ou mesmo da formação inadequada adquirida pelos alunos na Educação Básica regular. Esse, indiscutivelmente, é um fator que está ligado à frustração dos alunos e à desistência dos cursos.

Sendo assim, podem-se agrupar os fatores que favorecem a evasão, observados em dois grupos: intrínsecos e extrínsecos à instituição.

Intrínsecos: formação dos professores, infraestrutura, tipo dos cursos, matéria dos cursos e abordagem dos conteúdos.

Extrínsecos: condições socioeconômicas, acessibilidade, motivação inicial/expectativa dos alunos.

No primeiro grupo, ficou evidente a necessidade de promover a formação/capacitação de docentes para que disponham não apenas dos conhecimentos específicos ligados a cursos específicos, mas também detenham uma gama de recursos metodológicos que permitam uma margem maior de adaptação e uma flexibilidade nas abordagens que possa manejar conforme as características do público a ser atendido pelo mesmo e as dificuldades que vão aparecendo no decorrer das aulas.

No segundo grupo, ficou mais evidente como aspectos relacionados ao PRONATEC e o quanto ele contribui para aproximar Educação e Trabalho apresentam alguns pontos dissonantes que indicam uma simplificação e disciplinarização dos cursos que acabam por potencializar dificuldades (como a evasão) que também estão presentes nas outras esferas da Educação Básica e da Educação Profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande constatação desta análise é que o problema aqui abordado, como já se esperava, é, antes de tudo, uma questão social ligada à educação e ao trabalho. A promoção da justiça e da equidade passa necessariamente pela apropriação por parte dos menos favorecidos de uma série de sentidos e significados que lhes tornem capazes de reconhecer a si mesmos em um mundo cheio de desafios e que demanda um preparo cada vez maior, tendo em vista o ritmo acelerado das transformações bem como a complexidade dessas mudanças.

Outro aspecto importante a se destacar é que os programas de apoio e as propostas de intervenção social encontram-se nos âmbitos local e regional, próximo de onde acontece a vida cotidiana, o que significa que os impactos (positivos ou negativos) são sentidos com maior intensidade pelos sujeitos desses programas. Daí a escolha por partir de um estudo local, de um grupo de amostra delimitado e de um problema específico (a evasão), mas que nos leva a elementos de uma realidade muito mais ampla e complexa.

Evidentemente, não se teve nem se tem a pretensão de encontrar respostas definitivas para os problemas que apareceram, tampouco para aqueles que se deixaram entrever, mas é importante que algumas indicações de mudança na prática sejam consequência desta reflexão. Neste sentido, tendo em vista que já foi apontado, convém que as autoridades (acadêmicas e políticas) responsáveis pelo PRONATEC encontrem mecanismos para aumentar a participação dos agentes locais – prefeitura e sociedade civil, não apenas como executores dos cursos, mas também na discussão acerca das limitações e das contradições do Programa.

Antes de se definir o melhor curso para sua cidade, é importante que esses agentes locais possam participar de maneira mais ampla na escolha dos cursos e que sejam capazes, inclusive, de desenvolver novos cursos e novas maneiras de execução daqueles já existentes. São eles, sobretudo, que saberão a melhor maneira de promover uma formação profissional sem apartá-la da formação no sentido mais amplo. Não é recomendável separar essas duas dimensões do desenvolvimento da pessoa. Ao fazê-lo, subestima-se, por exemplo, o papel que as dificuldades de aprendizagem adquiridas ou não resolvidas na educação regular (Ensino Fundamental e Médio) têm na frustração dos alunos com relação aos cursos do PRONATEC e, conseqüentemente, na evasão dos mesmos.

A experiência de Boituva permitiu reconhecer que a evasão dos cursos PRONATEC possuem causas complexas e profundas que estão ligadas, por exemplo à concepção do Programa e à realidade social atual. Também dá indicação da necessidade de uma reflexão acerca de como esse Programa tem sido tratado pela rede federal de formação profissional, especialmente os IFs. O papel dos professores e sua qualificação para reconhecer e abordar a realidade que se pretende mudar com Programas dessa natureza ficou evidente no decorrer da análise. Além disso, é necessário que a reflexão seja continuada sobre os pressupostos e a concepção de trabalho e emprego que estão por trás, tanto dos gestores, quanto dos executores do Programa.

Essas questões não deveriam ser simplificadas ou abordadas de forma simplista, pois o que está em jogo é a superação de uma injustiça secular, perpetuada muitas vezes por relações de trabalho injustas. A preparação para o trabalho passa não apenas pelo treinamento e pela qualificação técnica, mas por munir os alunos de um senso crítico que lhes permita se reconhecer e se defender como um cidadão dotado de direitos que devem ser preservados. A simplificação e o tratamento da qualificação profissional como um mero treinamento significa a perpetuação da exploração e da injustiça. Portanto, não é possível excluir a variável da discussão econômica, ideológica e política quando o tema da empregabilidade e da qualificação profissional está em pauta.

Se o Programa representa uma preocupação do governo com as questões ligadas à educação e ao trabalho, a sua concretização revela uma propensão maior a responder mais os anseios do modelo econômico e da contensão social, imediata e sem perspectivas a médio e longo prazo que envolvem uma articulação efetiva entre a dimensão pragmática e prática da vida e aquelas mais ligadas à arte, à religião e à cultura. Ou seja, embora os documentos e discursos acerca do Programa afirmem a necessidade de uma formação integral, não é isso que acontece de fato.

Não podemos acreditar que a educação e, sobretudo a educação profissional, possa ser pensada sem que se passe por essas contradições, que se expressam, muitas vezes, na cultura organizacional predominante nos IFs, pois a maior parte de seus professores regulares (concursados), embora tenham títulos de mestres e doutores, não possuem licenciaturas, e sua formação é bastante técnica e

possui laços estreitos com capital privado, o que é facilmente constatado observando-se o currículo (Lattes) desses profissionais. Isso fica evidente, por exemplo na fala de um professor entrevistado. Ao propor um maior rigor no processo de seleção dos alunos, na prática, o docente expressa uma concepção elitista da educação que associa excelência à seleção, classificação e exclusão dos menos aptos.

Como bem aponta Freire (2001), o professor e a escola têm o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes mais populares, chegam à instituição - saberes estes que são socialmente construídos na prática comunitária – de modo a promover o encontro destes com os saberes curriculares fundamentais aos alunos.

Sem dúvida nenhuma, os profissionais e a instituição como um todo devem prezar pela qualidade no processo de ensino e aprendizagem, mas esta não pode ser compreendida apenas de uma maneira vertical e meritocrática. É necessário compreender que também é fator de qualidade a capacidade do Programa de atender um público heterogêneo, mas que se vê homogeneizado pela falta de oportunidade e pela forma injusta como a sociedade brasileira tem se organizado e que se expressa no abismo que existe entre ricos e pobres. Nesse sentido, a qualidade se mede também pela capacidade da escola de combater a exclusão e a injustiça social, especialmente as instituições públicas tem papel de protagonista neste processo.

Do mesmo modo que podem ser fatores de exclusão a organização curricular, o local onde se realiza o curso, o profissional escolhido para ministrá-lo, a forma de abordar os conteúdos, a infraestrutura disponível para sua execução, etc. também podem ser fatores de inclusão e de promoção de uma maior justiça social, na medida em que promove o desenvolvimento integral das pessoas e não apenas as capacita para serem meros executores ou técnico incapazes de uma reflexão crítica e de se posicionarem criticamente diante da realidade, sobretudo da realidade injusta da qual fazem parte.

Especificamente no caso do PRONATEC em Boituva, se considerarmos os objetivos do Programa, podemos inferir que, apesar de a maior parte dos alunos concluírem os cursos, há um significativo índice de evasão, mesmo com a existência das bolsas, que buscam amenizar as dificuldades socioeconômicas que impactam

nesse fenômeno. Desse modo, a consecução dos objetivos não é plena, tendo em vista o recorte excludente que pode ser observado ao empreendermos uma análise desta natureza. Ao combater a exclusão, o PRONATEC acaba por reproduzir, sobretudo quando inserido institucionalmente da rede dos IFs, a mesma exclusão que tenta combater, pois não aborda e nem propõe ações que combatam o preconceito e a cultura dos IFs, que é extremamente seletiva e tecnicista. Pode-se alegar que é da natureza do Programa ser mais prático e que, portanto, não é possível que ele dê conta de pensar aspectos mais amplos da formação profissional. Neste caso, ele deixa de ser um Programa de formação, e não cabe a expressão Formação Inicial e Continuada (FIC), e passa a ser um Programa de treinamento para capacitar trabalhadores eficientes e acríticos, mas que pouco ou nada contribui para combater a má distribuição de renda e a realidade opressora da maior parte da população.

Por fim, ressalta-se que todo esforço é válido, desde que não esconda, na realidade, uma tentativa de manutenção das estruturas que garantam a segregação social e a injustiça.

Sendo assim, é fundamental que sejam criadas políticas públicas com garantias de que o orçamento e que as mesmas não sofram com as variações econômicas ditadas pelo mercado capitalista, uma vez que o processo de educação profissional não pode ser dissociado de uma formação continuada, estruturada e participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Ensino Médio**: múltiplas vozes. Brasília: Unesco, MEC, 2003.

ALVES, R. A. **Pensamento Pedagógico Crítico (Bourdieu, Passeron, Boudelot e Establet)**. 2012. Disponível em: <<http://raphaellaalbuquerque.blogspot.com.br/2012/01/pensamento-pedagogico-critico-bourdiel.html>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

ALVES, R. Estórias de quem gosta de ensinar. São Paulo: Ars Poética, 1995.

ARANHA, M. L. A. e MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.

BACON, F. **Novum organum**. Livro I, LXXI. São Paulo. Abril Cultural, 1976. P. 47. Coleção Os Pensadores.

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para iniciação científica**. 2 ed. São Paulo: Makron Book, 2000.

BRASIL / MEC / SETEC. **Educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio**. Documento Base. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 29 set. 2013.

_____. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004b**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/setec/dec5154_23jul04/>. Acesso em: 29 set. 2013.

_____. **Decreto nº. 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/setec/dec2208_17abr97>. Acesso em: 29 set. 2013.

_____. FNDE. Ministério da Educação. **Portaria 817/2015**. 2015. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=POR&num_ato=00000817&seq_ato=000&vlr_ano=2015&sgl_orgao=MEC>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978**. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.htm/>. Acesso em: 29 set. 2013.

_____. **Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.** Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/páginas/42/1959/3552.htm/>>. Acesso em: 29 set. 2013.

_____. **Lei nº. 4.024, de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm/>. Acesso em: 29 set. 2013.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm/>. Acesso em: 29 set. 2013.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Superior / Ministério da Educação. **Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras.** Brasília, 1996/1997 Disponível em <http://www.dominiopublico.gov/download/texto/me001613.pdf/>>. Acesso em: 29 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica.** Brasília: SEMTEC, abril de 2004a. Disponível em: <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf>. Acessado em: 28 set. 2013.

_____. **Agenda Juventude Brasil: quem são... como vivem... o que pensam e propõem os jovens brasileiros** – relatório preliminar resumido / Secretaria Nacional de Juventude. Brasília: SNJ, 2014.

CAULLEY, D.N. **Document Analysis um Program Evaluation** (Nº 60 na série Paper and Report Series of the Research on Evaluation Program). Portland, Or. Northwest Regional Educational Laboratory, 1981.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CORBARI, L. **Educação profissional no Brasil (2003-2012): uma análise das categorias trabalho e empregabilidade presentes no PROEJA, e-TEC e PRONATEC** / Leila Corbari. — Cascavel, PR: UNIOESTE, 2013. 213 f.; 30 cm

CUNHA, L. A. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo, n.14, p.89-107, mai./ago. 2000.

DAYRELL, J. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo. Abril Cultural, 1976. P. 71. Coleção Os Pensadores.

DIGIÁCOMO, M.J. **Evasão escolar**: não basta comunicar e as mãos lavar. Disponível em: <http://www2.mp.pr.gov.br/cpca/telas/ca_evasao_escolar_2_5.php2004> Acessado em: 30 set. 2015.

DORE, R; LUSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de Minas Gerais. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, vol. 41.n. 144. p. 772-789. Setembro/2011.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA J. F.; SANTOS C. de A. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Brasília: INEP. 2007. 65 p. (Série Documental).

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, 2003.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, P. T. Educação SocioComunitária: delimitações e perspectivas. In Proceedings of the **II Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 2008, São Paulo (SP) [online], 2009. Acesso em 08 jan. 2016.

HOLSTI, O.R. **Content Analysis for the Social Sciences and Humanities**. Reading, Mass., Addison Wesley, 1969.

IFSP. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/instituicao/ifsp.html>>. Acesso em: 28 set. 2013.

_____. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo: Relatório de gestão da extensão, p. 7, 2014.

INEP. **Censo escolar da educação básica 2012**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf>. Acesso em: 28 set. 2013.

_____. **Educação profissional técnica de nível médio no censo escolar**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2006 (a). 59 p. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4075>>. Acesso em: 28 set. 2013.

_____. **Pesquisa nacional qualidade na educação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2006 (b). 59 p. Disponível em:

<<http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp?cat=6>>. Acesso em: 28 set. 2013.

JOHANN, C. C. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense**: um estudo de caso no Campus Passo Fundo. 119 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Passo Fundo. Passo Fundo, 2012. Disponível em: <<http://www.upf.br/ppgedu/images/stories/defesa-dissertacao-cristiane-cabral-johann.PDF>>. Acesso em: 28 set. 2012.

KUENZER, A. Z. (Org.). **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Educação profissional**: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. p. 297–318, 2006.

LOURAU, R. **El analisis institucional**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1988. P 535.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 1986.

MANCEBO, D. **Reforma universitária**: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. Educação e Sociedade, Campinas, SP, v. 25, n. 88, p. 845-866, out. 2004. Número especial.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MATIAS, I. S. **Centro Federal de Educação Técnica do Amazonas**: uma reflexão sobre as condições de ingresso, permanência e evasão. 90 p. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Carlos. São Paulo – São Carlos, 2003.

MOREIRA, R. **Diversidade cultural e educação escolar**: perspectiva comunicativo-dialógica para o trabalho pedagógico. 166 p. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Carlos. São Paulo – São Carlos, 2010.

OLIVEIRA, R. Algumas questões para pensar a educação de nível técnico e a qualidade profissional. In: ZIBAS, Dagmar; AGUIAR, M; BUENO, Maria Sylvia S. (Orgs.). **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília: Plano, 2002.

PEIXOTO, P. E. **Do PLANFOR ao PNQ**: uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, 2008. p. 54.

PEREIRA, W. C. C.; PENZIM, A. M. B Análise Institucional na vida religiosa: caminhos de uma intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p.521-540, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v7n3/artigos/pdf/v7n3a13.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2015.

PRONATEC. **Objetivos e iniciativa.** Disponível em: <<http://PRONATEC.mec.gov.br/institucional/objetivos-e-iniciativas>>. Acesso em: 28 set. 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

SALES, C.M. P. **Rezadeiras—uma fé popular.** Ceará, OPSIS, 2007

SÃO PAULO. IFSP. Ministério da Educação. **MANUAL DE PROCEDIMENTOS BOLSA-FORMAÇÃO - PRONATEC 2014.** 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Paulo/Downloads/manual_bolsa_formal_rev.120514.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: **Novas tecnologias, trabalho e educação.** Petrópolis /RJ: Vozes, 1994.

_____. **Escola e democracia.** 38. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **29ª Reunião da Anped**, 2006, Caxambu. Anais... Caxambu, 2006.

SCREMIN, S. M. B. **Evasão-permanência em uma instituição total de ensino técnico: múltiplos olhares.** 207 p. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância, 2001.

SILVA, T. L. A baixa taxa de conclusão dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Juiz de Fora, 2013.

TAVARES, I. M. S. **Dá licença eu vou embora: um estudo sobre o fenômeno da evasão escolar na Escola Técnica Federal de Sergipe.** 129 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 2002. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/2032>>. Acesso em: 30 set. 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2008.

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (Rio Grande do Sul). Faculdade de Engenharia de Produção. **Engenharia de Produção.** 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=322>. Acesso em: 10 ago. 2015.

UNESCO - Organização Das Nações Unidas Para Educação Ciência E Cultura - Unesco - Brasil. **UM TESOURO A DESCOBRIR: Relatório Para A Unesco Comissão Internacional Sobre Educação Para O Século XXI**. Brasília: Unesco, 2010. 27-38 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 25 agosto. 2015.

VERGARA, S. C. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo. Atlas, 2011.

VIEIRA, E. R; FRIGO, L. P. **Evasão dos cursos de graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1985, 1986 e 1987**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - Questionário Socioeconômico

1- Nome: _____

2- Idade: _____

3- Curso: _____

4- Sexo: (1) masculino (2) feminino

5- Cidade em que nasceu: _____

6- Cidade onde mora atualmente: _____

7- Qual seu estado conjugal?

(1) Casado (2) Solteiro (3) Desquitado, divorciado (4) Viúvo

(5) União estável (6) Outros. Especifique: _____

8- a) Quantas pessoas moram em sua casa? _____

b) Quem mora com você?

() Pai () Mãe () Esposo(a)/companheiro(a) () Filhos. Quantos? _____

() Irmãos. Quantos _____ () Moro sozinho () Outros _____

9- Valor da renda mensal bruta da família: _____

10- Nível de escolaridade do pai: _____

Nível de escolaridade da mãe: _____

11- Você exerce atividade remunerada?

(1) Não.

(2) Sim, regularmente, em tempo parcial.

(3) Sim, regularmente, em tempo integral.

(4) Sim, mas é trabalho eventual.

(5) Outro. Especifique _____

12- Qual é sua profissão? _____

13- Qual é sua participação na vida econômica da família?

- (1) Não trabalho e meus gastos são pagos pela família.
- (2) Trabalho e recebo ajuda financeira da família.
- (3) Trabalho e sou responsável apenas pelo meu sustento.
- (4) Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família.

14- Orientação religiosa: _____

15- Recebe ajuda de programas governamentais? (Exemplo: Bolsa Família).

- (1) sim (2) não

Qual, e de que valor? _____

16- a) Você tem acesso fácil à internet?

(1) Sim, em casa (2) Sim, em outros lugares. Especifique _____

(3) Não

b) Quantas horas por dia você utiliza a internet? _____

c) Quantas vezes por semana? _____

d) Quais os principais sites e atividades você utiliza na internet? _____

17- Como você ficou sabendo do curso?

(1) Divulgação em alguma escola

(2) Através de publicações e panfletos sobre o IFSP

(3) Pela internet (4) Televisão (5) Rádio (6) Outros:

Especifique: _____

18- Quais são os principais motivos que levaram você a escolher este curso? _____

19 -a) Você já fez algum outro curso, técnico ou superior? (1) Sim (2) Não

b) Qual? _____

c) Você concluiu? (1) Sim (2) Não

20- a) Tendo em base sua formação estudantil anterior, qual, ou quais, conteúdos você tem mais dificuldade? (Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Biologia...) _____

b) E qual desses conteúdos você tem mais facilidade? _____

21- Você terá tempo disponível para se dedicar às atividades extraclasse? (Exemplo: trabalhos, pesquisas, revisão de conteúdo...)

(1) Sim. Quanto tempo em média por dia? _____

(2) Não. Por quê? _____

22- Qual meio de transporte você utiliza para vir para o IFSP?

(1) Transporte público (2) Veículo próprio (3) outros: _____

23- Quais suas expectativas sobre o curso?

APÊNDICE B – Questionário Evasão PRONATEC

Prezado aluno,

Solicitamos sua colaboração neste trabalho de pesquisa, que tem como objetivo levantar quais os fatores que estão contribuindo para o crescimento da evasão dos alunos do Pronatec.

Por gentileza, responda todas as questões. Sua participação será de grande valia.

São Paulo, Maio de 2015

Lucivaldo Paz de Lira

Coordenador de Extensão

Favor responder o questionário, assinalando as respostas com um **(X)** e justificando quando achar necessário.

Questionário

1 - Nome do aluno: _____

2 - Idade: _____

3 - Curso: _____

4 - Período/ do Curso: () Manhã () Tarde () Noite

5 - Sexo: () masculino () feminino

6 - Cor da pele:

() branca () preta () amarela/descendente de orientais
() parda () indígena () nenhuma das opções

7 - Estado civil:

() solteiro(a) () casado(a) () união estável
() separado(a)/desquitado(a) () viúvo(a)
() Outra situação: _____

8 - Tem filhos?

() Não () Sim Quantos? _____
Quem cuida enquanto você estuda? _____

9 - Conclusão do Ensino Fundamental:

a) Escola: () Pública () Particular
b) Turno: () Diurno () Noturno
c) Modalidade: () Regular () EJA () Supletivo

10 - Forma de Ingresso no Curso?

() Inscrição pela Internet () Inscrição na Prefeitura () Inscrição no Instituto Federal

11 - Qual a distância aproximada de sua casa até o Local do Curso do Pronatec?

() 0 a 1 KM () 1 a 3 Km () 3 a 5 KM () acima de 5 KM

12 - Qual meio de transporte você utilizou para chegar ao Curso? _____

- a) Você pagou o transporte? () Sim () Não
 b) Recebe auxílio-transporte: () Sim () Não

13 - Você trabalha?

() Sim () Não

14 - Qual a renda média da sua família em salários mínimos?

- a.() Até 1 salário mínimo – até R\$724,00
 b.() Entre 1 e 2 salários mínimos – de R\$ 724,01 a R\$1448,00
 c.() Entre 2 e 5 salários mínimos – de R\$1448,01 a R\$3620,00
 d.() Entre 5 e 10 salários mínimos – de R\$3620,01 a R\$7240,00
 e.() Acima de 10 salários mínimos – mais de R\$7240,01
 f. () Não sei informar

15 - Carga horária diária de trabalho: _____ horas

16 - Turno/Período de trabalho:

() Manhã () Tarde () Noite

17 - Você recebe algum tipo de bolsa ou auxílio do governo ?

() Sim () Não

Qual(is): _____

18 - Qual o principal motivo para a escolha do curso que você estava frequentando?

Alternativas	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
1.Sempre quis fazer o curso escolhido					
2. Mundo do trabalho e possibilidades salariais					
3.Possibilidade de contribuir para a sociedade					
4. Possibilidade					

de cursar algo de que gosta					
5. Por ter habilidades / Experiência relacionadas ao curso					
6. Gosto pelas matérias do curso					
7. Baixa concorrência pelas vagas					
8. Permitia conciliar aula e trabalho					
9. Influência dos pais ou familiares / amigos					

19 - Você considera o curso difícil?

() sim () não

Por quê? _____

20 - Motivos que levaram à desistência (Assinalar mais de uma opção, se necessário):

- a. () Problemas familiares
- b. () Problemas de saúde
- c. () Problemas financeiros
- c. () Ingresso em outro curso/instituição
- d. () Falta de identificação com o curso
- e. () Dificuldade em conciliar estudo e trabalho
- f. () Didática dos professores
- g. () Outros. Indique quais: _____

21 - As principais dificuldades encontradas no IFSP são (Assinalar mais de uma opção, se necessário):

- a. () Aprender o conteúdo ensinado pelos professores
- b. () O relacionamento com os colegas
- c. () Executar todas as atividades propostas pela escola
- d. () Acesso ao *campus*
- d. () Outras. Indique quais: _____

22 - Que curso você gostaria que a instituição oferecesse para você?

23 - Cite três situações boas enquanto você fazia o curso

24 - Houve expectativa de mudar sua vida a partir do curso?

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista com Docente

1- Nome

2- Há quanto tempo você trabalha como docente?

3- Você sempre trabalhou como docente?

4- Como você avalia sua atividade docente?

5- Para você onde está concentrada a maior dificuldade dos alunos do Pronatec?

6- Você acha que essa dificuldade pode ser minimizada a partir da sua prática docente?

7- Você considera que o currículo do curso foi bem estruturado?

8- O que você acha da duração do curso?

9- Os critérios de seleção e o currículo tiveram falhas?

10- Como você avalia a chegada desse público ao curso?

11- Você acredita que existe diferença, para o docente, no desenvolvimento de cursos de duração mais longa ou mais curta?

12- Você se considera preparado para trabalhar em cursos técnicos como o Pronatec?

13- Existe diferença entre o Pronatec e os outros FICs?

14- Dê sua opinião sobre os IFs trabalharem cursos FICs.

15- Você acha que os Institutos devem priorizar os cursos técnicos e concomitantes de longa duração?

16- Quais suas maiores dificuldades durante o trabalho no Pronatec?

17- E facilidades quais eram?